



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Polanyi e a Economia Social e Solidária: contributos para respostas
aos problemas sociais atuais

Ana Cristina Fontes Domingues Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar,
ISCTE - IUL

Setembro, 2016



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Polanyi e a Economia Social e Solidária: contributos para respostas
aos problemas sociais atuais

Ana Cristina Fontes Domingues Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar,
ISCTE – IUL

Setembro, 2016

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	1
II - BREVE BIOGRAFIA DE KARL POLANYI.....	5
III - A ECONOMIA POLÍTICA E MORAL DE KARL POLANYI.....	7
3.1 A Implementação da Economia Ortodoxa Dominante e suas Fragilidades.....	7
3.1.1 O pressuposto da modernização industrial para alcançar o desenvolvimento e a abundância	7
3.1.2 O sistema financeiro internacional.....	13
3.2 A Crítica de Karl Polanyi à Racionalidade Económica Ortodoxa Dominante e ao Mercado Autorregulado.....	15
3.2.1 Consequências da Racionalidade Económica Ortodoxa para a sociedade e a natureza	15
3.2.2 Consequências da separação da esfera económica da esfera política	17
3.2.3 A falácia económica e o seu reducionismo	18
3.2.4 A crítica de Karl Polanyi ao conceito de escassez e o seu conceito de distinção entre riqueza e valor.....	19
3.3 Crítica à mercantilização da Terra, do Trabalho e do Dinheiro.....	20
3.4 Outros conceitos constantes na obra de Polanyi.....	23
3.4.1 O conceito de <i>(dis)embeddness</i>	23
3.4.2 Conceitos de Duplo Movimento e Autoproteção da Sociedade	24
3.5 Do colapso da Civilização do Século XIX às possibilidades de Liberdade nas Sociedades Humanas	26
3.5.1 A liberdade nas sociedades industriais complexas e a democracia	26
IV - CONTRIBUTOS DE KARL POLANYI PARA A RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÓMICO E POLÍTICO NA MODERNIDADE.....	31
4.1 A teoria da economia plural	31
4.2 Evolução do conceito de desenvolvimento.....	33
4.3 Padrões de Integração	36
4.3.1 Redistribuição – centralidade.....	37
4.3.2 Reciprocidade – simetria.....	37
4.3.3 Domesticidade - autarcia.....	39
4.3.4 Troca mercantil - bidirecionalidade	40
V – POLANYI E A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA CONTEMPORÂNEA.....	43
5.1 As respostas ao cenário de crise internacional.....	43

5.2 Estruturas de pensamento alternativas – a Economia Social e Solidária	45
VI – ATUALIDADE DE KARL POLANYI	53
6.1 Os atuais contramovimentos em torno da Terra, do Trabalho e do Dinheiro.....	53
6.1.1 A Terra e as questões ambientais atuais	53
6.1.2 O Trabalho como mercadoria	56
6.1.3 Os impasses da economia globalizada e o sistema financeiro internacional	58
6.2 O debate em torno da obra de Karl Polanyi - análise crítica	61
VII – EPÍLOGO - DEMOCRACIA, ECONOMIA E PLURALISMO: A OPORTUNIDADE DE MUDANÇA	75
VIII – CONCLUSÃO	79
IX – BIBLIOGRAFIA	83
ANEXO A	86

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Citações de Polanyi (1956 a 2009).....	4
Figura 2 - Gráfico de crescimento da população geral em Inglaterra (1600-1781)	10
Figura 3 - Gráfico de crescimento da população urbana em Inglaterra (1600-1781)	10
Figura 4 - Pegada Ecológica Global, 1961-2005	54
Figura 5 - Simulação das condições futuras num cenário com o dobro dos recursos naturais conhecidos, mantidas as práticas atuais.	55
Figura 6 - Níveis de lençóis de água na região de Kaladera	64
Figura 7 - Gestão de recursos hídricos, de propriedade comum	65

AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado àqueles que contribuíram de forma determinante para o caminho que percorri até escrever a última palavra desta tese, até ao último ponto final, até ao último fôlego e até ao último suspiro de “por fim, terminei”.

Como não será possível neste pequeno espaço nomear todos os meus colegas e todos os meus professores, espero que considerem, apesar de tudo, que me sinto grata por todos os momentos que passámos juntos durante esta experiência marcante da minha vida, para os quais contribuíram.

Apesar de todos os custos a nível pessoal que sofri com a frequência deste mestrado, gostaria de deixar bem claro o grau de satisfação com que realizei este percurso, do qual não me arrependo em nenhum instante.

Agradeço, nesta fase final, ao Professor José Manuel Henriques que, durante o Seminário de Investigação, conseguiu transmitir motivação e valiosas orientações para a realização desta tarefa.

À minha orientadora, Professora Maria de Fátima Ferreiro, gostaria de agradecer pela sua orientação, opiniões e críticas e pelo seu grau de exigência, razão principal da minha escolha, entre outras. Admiro muito a sua disponibilidade incondicional e agradeço sobretudo o facto de me ter mantido no rumo, e não me dispersar.

A toda a minha família, pais, filhos, marido, o meu muito obrigado pelo apoio, amizade e paciência demonstrados. Também ao meu cão, Tommy, agradeço todas as vezes que me interrompeu para lhe dar atenção, o que foi fundamental para aliviar a pressão.

A todos um bem-haja.

RESUMO

Esta dissertação pretende dar resposta à questão “Polanyi e a Economia Solidária: que contributos nas respostas aos problemas sociais atuais?”

O objetivo proposto baseia-se na necessidade sentida em melhor compreender o mundo que nos rodeia, num contexto de crise, bem como procurar novas vias de desenvolvimento social e individual do ser humano e ligadas à Economia Social e Solidária.

A obra de Polanyi serviu de inspiração, bem como de ponto de partida, para dar resposta à questão proposta. Para tal, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Embora sabendo que a sua obra se refere, principalmente, à época da Revolução Industrial e às consequências do mercado autorregulado, implementado pelo liberalismo económico, consideramos que podem ser retiradas inferências para ajudar a pensar e superar algumas das atuais questões sociais e ambientais.

Tendo esse propósito em mente, percorre-se um caminho que começa por contextualizar o trabalho de Polanyi, na sua forma histórica, política, social e económica, e analisam-se os contributos dados para as atuais versões da Economia Social e Solidária, acabando por se estudar a sua aplicabilidade em casos concretos da atualidade. Na verdade, quando lemos Polanyi não podemos deixar de sentir que, e apesar de a sua obra *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do nosso Tempo*, tenha sido publicada pela primeira vez em 1944, se refere diretamente aos problemas que enfrentamos nos dias de hoje tal a atualidade do seu pensamento.

Concluiu-se que, apesar de as circunstâncias serem hoje outras, Polanyi continua a disponibilizar as ferramentas necessárias para nos libertarmos de um modelo económico único, defendendo a existência de alternativas que sejam ao mesmo tempo eficientes e democráticas, e que dêem resposta às necessidades do ser humano e do planeta.

As questões e perspetivas formuladas por Polanyi não perderam, pois, a sua pertinência, sendo hoje tema recorrente quando se fala em modelos económicos alternativos, bem como na reação às doutrinas e às manifestações atuais do neoliberalismo económico.

PALAVRAS-CHAVE: Polanyi; Economia Social e Solidária; mercadorias fictícias; liberalismo económico.

JEL Classification System: B59; P51

ABSTRACT

This dissertation aims to answer the question “Polanyi and Solidarity Economics: what contributions in response to the current social problems?”

The purpose is based in the need to better understand the world surrounding us, in a crisis context, as well as looking for alternatives of human, social and individual development, connected to Social and Solidarity Economics.

Polanyi’s work served as inspiration and became the starting point to answer to the proposed question. Bibliographical research was used with that aim. Despite his work is mainly related to the Industrial Revolution era and the consequences of the self-regulated market, implemented by economic liberalism, we consider that inferences can be taken to help thinking and overcome some of the current social and environmental issues.

Having this purpose in mind, we pursue a path that starts with Polanyi’s work contextualization in his historical, political, social and economic form, analyse the current contributions of Social and Solidarity Economics, as well as its applicability in real nowadays cases.

In fact, when we read Polanyi we can’t help thinking that despite his main work, *The Great Transformation: political and economic origins of our time*, was first published in 1944, refers directly to the problems we face today such was the actuality of his thinking.

We conclude that, although the circumstances are now different, Polanyi continues to provide the necessary tools that will help us to break free the “one way” economic model, defending alternatives that are both efficient and democratic, and that respond to human and earth’s needs.

Polanyi’s issues and perspectives didn’t lost their relevance nowadays and are a recurrent theme when talking about alternative economic models, as well as in reaction to the current doctrines and manifestations of economic neoliberalism.

KEY-WORDS: Polanyi; Social and Solidarity Economics; fictitious commodities; economic liberalism.

JEL Classification System: B59; P51

I – INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende dar resposta à questão: Polanyi e a Economia Social e Solidária: que contributos nas respostas aos problemas sociais atuais?

Percorre-se hoje um caminho baseado na necessidade de construir novas estruturas cognitivas, novos paradigmas para as relações sociais e o uso dos recursos culturais e ambientais.

A erradicação da pobreza e a contenção do desastre ambiental aparecem como medidas urgentes para toda a humanidade, às quais se juntam outras, como o aumento da desigualdade social e da exclusão, o aumento da dependência das nações e dos povos mais pobres, uma economia global instável, etc.

Como nos diz Stiglitz, a comunidade global enfrenta atualmente um desafio da maior importância para o seu futuro como Humanidade: descobrir uma forma de corrigir estes desequilíbrios, sob pena de se tornar tarde de mais. (Stiglitz, 2015)

O objetivo proposto neste trabalho baseia-se na necessidade sentida em compreender melhor o mundo que nos rodeia, num contexto de crise, bem como procurar novas vias de desenvolvimento social e individual, ligadas à Economia Social e Solidária. A necessidade de restringir o tema geral, que por si é demasiado vasto, conduziu à premissa de considerar Polanyi como fonte de inspiração para esta dissertação, dada a importância e atualidade do seu pensamento.

Polanyi (1886-1964) como que anteviu as questões referidas, sendo que a sua obra fornece várias pistas de como evitar os erros do passado e construir algo novo. Um dos sentimentos que temos ao ler a obra de Polanyi é de que este está a falar diretamente dos problemas que assolam o mundo na atualidade: a pobreza, a exclusão social, as falhas do capitalismo e do sistema financeiro, os problemas ecológicos. No entanto, a sua obra mais conhecida, *A Grande Transformação*, foi publicada pela primeira vez em 1944, na fase final da II Grande Guerra, como consequência da Revolução Industrial e das políticas liberais do capitalismo.

Um dos aspetos mais importantes da História dos povos é, no meu entender, dar-nos a oportunidade de aprender com os erros cometidos no passado, aproveitando o caminho percorrido pelos nossos antepassados e, com base nessas experiências, excitantes ou dolorosas,

podermos construir o nosso próprio caminho na consciência de que estamos a dar o nosso melhor. Só assim podemos honrar o caminho que os nossos antepassados nos proporcionaram com as suas próprias experiências.

No entanto, as lições do século XIX têm sido, consciente ou inconscientemente, frequentemente esquecidas e disso é exemplo o resultado do consenso neoliberal de Washington, em novembro de 1989, que não é mais que uma versão da antiga ortodoxia liberal.

Polanyi dá-nos as ferramentas necessárias que permitem libertar-nos de um modelo económico único, defendendo a existência de alternativas que sejam ao mesmo tempo eficientes e democráticas, e que dêem resposta às necessidades dos povos, respeitando a sua identidade.

O autor aponta-nos sem, no entanto, dar soluções concretas, um caminho de esperança para o futuro, considerando que o direito à não conformidade deverá ser o selo que autentica uma sociedade livre. (Polanyi, 1944)

Qual o caminho, histórico e ideológico, que conduziu às conclusões de Polanyi? Que lições e contributos podemos inferir da sua obra que nos ajudem a dar respostas aos problemas sociais atuais? Qual a sua aplicabilidade nas questões sociais contemporâneas?

Esta é a questão (ou, se quisermos, questões) que se pretende analisar nesta dissertação, percorrendo um caminho que nos ajude a melhor compreender. Compreender de que modo a teoria de Polanyi pode, ou não, ser considerada atual e ajudar na procura de novos caminhos para encontrar uma economia mais humana e mais ecológica. Transpor para situações concretas da atualidade os estudos de Polanyi, em países democráticos em desenvolvimento. Não apresentar respostas “matematicamente” falando, infalíveis, mas apresentar alguns caminhos possíveis, apontar algumas direções. E aqui estamos a falar das várias formas, ou versões, da Economia Social e Solidária.

Baseado na existência histórica e civilizacional, Polanyi considera possível concetualizar a criação de outros tipos de economia, bem diferente do conceito liberal de *Homo economicus*. Com estas “outras economias”, assentes numa organização social comunitária, na educação e cooperação, surge o conceito de um *Homo reciprocans*, constituindo a raiz do conceito de Economia Social e Solidária.

Considerando o Estado da Arte, começaremos pelo ano de 1944. Hayek e Polanyi publicaram livros, que marcaram a nossa época: ”O Caminho da Servidão” de Hayek, e “A Grande

Transformação”, de Polanyi (as duas faces do mercado). Embora ambos vivessem no mesmo circuito intelectual, as conclusões a que chegaram não poderiam ser mais divergentes.

Hayek, prémio Nobel da Economia em 1974, foi considerado um profeta depois da queda da União Soviética e da crise do Welfare State na Europa. Na esteira de Adam Smith, o seu trabalho contribuiu para a construção do paradigma neoliberal, empenhando-se em combater o planeamento económico a qualquer nível. Do seu ponto de vista, qualquer envolvimento do Estado na economia é uma ameaça à liberdade individual. Não existe o bem-comum, apenas indivíduos e firmas competindo livremente no mercado. Foi consultor no governo de Thatcher, ela própria defendendo que “There is no such thing as society” (1987). O seu objetivo era demonstrar a superioridade das sociedades capitalistas liberais sob todas as outras formas de organização da sociedade.

Polanyi confrontou todas as formas de regimes totalitários e argumentou que um mercado autorregulado é um projeto utópico. Formulou um conceito de liberdade em que rejeita o mecanismo de autorregulação da economia de mercado. Defendia mercados regulados que incluíssem valores morais, éticos e sociais entre os elementos chave para alcançar essa mesma liberdade. O que ele chama a “liberdade de não ter medo da fome”. Polanyi conseguiu ir mais longe que Hayek ao prever as consequências desastrosas da economia do mercado autorregulado para toda a humanidade e proporcionou uma análise honesta e objetiva do sistema de mercado moderno, fundamental para perceber os problemas e contradições trazidos pela globalização da economia.

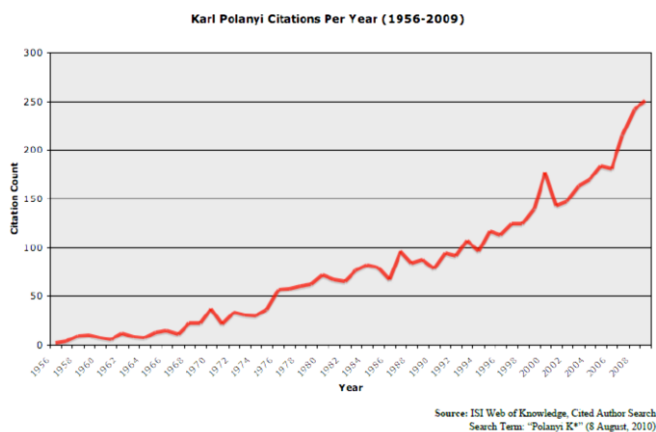
Os indivíduos não podiam ser considerados como “átomos” movidos por forças impessoais e invisíveis no mercado, mas sim fazendo escolhas dentro de uma sociedade civil complexa e democrática. Polanyi convida-nos a sair do modelo formal das transações comerciais e explorar as necessidades reais e uma variedade de arranjos institucionais que as possam satisfazer.

Mais de meio século depois Hayek e Polanyi continuam em trincheiras opostas.

No último quarto de século, tendo em conta as crises sucessivas que se abatem sobre todos os povos, dos mais pobres aos mais ricos, assiste-se a uma recuperação nos meios intelectuais da obra de Polanyi considerando-se que se aplica “como uma luva” aos tempos atuais pelos impasses, limitações e deceções causadas pelas atuais políticas neoliberais adotadas a seguir à queda do Muro de Berlim. É tema recorrente nas discussões sobre os diferentes e possíveis modelos de economia, bem como em reação às doutrinas do liberalismo económico.

De acordo com o estudo de Stewart, o número de citações de Polanyi tem vindo a crescer consideravelmente ao longo dos anos (ver figura 1).

Figura 1 - Citações de Polanyi (1956 a 2009)



Fonte: ISI Web of Knowledge¹

São exemplo desse retorno a Polanyi autores contemporâneos como Laville, Stiglitz, Cattani, Gaiger. No caso português devem destacar-se Rodrigues, Hespanha e Amaro.

No que se refere à metodologia utilizada, e sendo a dissertação essencialmente teórica, o método aplicado para a sua elaboração é a pesquisa bibliográfica. O objetivo da investigação consiste em conhecer e analisar as contribuições teóricas para o problema em questão, em particular as contribuições dadas por Polanyi, para dar resposta à questão de partida. Trata-se de um método de pesquisa qualitativo, considerando que os factos devem ser pensados dentro de um contexto social e político. Nesta pesquisa bibliográfica tivemos acesso a alguns estudos comparativos cujos autores, também eles, procuraram testar a atualidade da tese de Polanyi.

Procura-se aplicar na análise dos factos a hermenêutica diatópica, considerando-se sempre que há pelo menos dois lugares de observação possível da “coisa” para a sua interpretação.

¹ Procura de citações do autor, “Polanyi K.” (8 de agosto de 2010).

II - BREVE BIOGRAFIA DE KARL POLANYI

Nasceu em 1886 em Viena, no seio da burguesia judaica e pais húngaros: Miháli Pollacsek, construtor de ferrovias e de Cecile Wohl, ex-activista anarquista, com um papel ativo nos círculos intelectuais e políticos de Budapeste. Vivia-se então a era do Império austro-húngaro. O seu pai converteu a família ao cristianismo calvinista e, nesse seguimento, mudou o apelido de Pollacsek para Polanyi.

Apesar de ter nascido em Viena, passou a sua juventude em Budapeste, onde se veio a licenciar em Direito e onde tirou um doutoramento em Jurisprudência. Foi admitido na Ordem dos Advogados em 1913. Militante socialista na adolescência, formou uma importante tertúlia intelectual em Budapeste (O “Círculo Galileu”) enquanto estudante universitário.

Começou a praticar nos tribunais de Budapeste, mas, com a eclosão da I Guerra Mundial, foi chamado a servir como oficial da cavalaria no exército austro-húngaro.

Acabado o conflito estabeleceu-se em Viena onde trabalhou como escritor e jornalista na seção de relações internacionais do jornal vienense *O Economista Austríaco*.

Com a ascensão do fascismo, e para manter a sua liberdade, viu-se forçado a emigrar com a família para Londres em 1933, onde viveria até ao início da II Guerra Mundial. Aqui viveu muitos anos como jornalista, tutor e professor de Cursos Tutoriais, na Associação Educacional dos Trabalhadores, nas universidades de Oxford e Londres. Tornou-se líder intelectual da Esquerda Cristã Britânica, juntamente com o filósofo John Macmurray.

Desde meados dos anos 30, Polanyi fez várias conferências e pesquisas nos Estados Unidos, entrando oficialmente na vida académica nos anos 40, altura em que se dedicou à sua obra mais importante, *A Grande Transformação – As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*, publicada em 1944. Teve o apoio da Fundação Rockefeller, que lhe atribuiu uma bolsa de dois anos.

Contudo, como resultado da Guerra Fria e o espírito que se vivia neste período nos Estados Unidos, foi negado à sua mulher o visto de entrada no país, em consequência da sua anterior relação com o Partido Comunista Húngaro, vendo-se, assim, Polanyi obrigado a fixar residência em Toronto, ao mesmo tempo que dava aulas na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Aqui lecionou até 1953, altura em que se aposentou.

Faleceu em Pickering, Canadá, em 23 de abril de 1964, e os seus restos mortais foram trasladados para Budapeste, em 1986.

Página em branco intencional

III - A ECONOMIA POLÍTICA E MORAL DE KARL POLANYI

3.1 A Implementação da Economia Ortodoxa Dominante e suas Fragilidades

3.1.1 O pressuposto da modernização industrial para alcançar o desenvolvimento e a abundância

É bem conhecido o facto de que o século XIX, com acontecimentos marcantes como a “Revolução Industrial” e a “Revolução Francesa”, mudou de forma irreversível o modo de vida ocidental, espalhando-se progressivamente e desencadeando uma transformação na sociedade em geral.

Estes dois acontecimentos marcaram profundamente a era da modernidade, a Revolução Industrial com início na Inglaterra de finais do século XVIII, caracterizada pela força do dinheiro e do capital e o sonho da abundância, e a Revolução Francesa, aproximadamente na mesma altura, com a máxima “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, com o desejo político de “um homem, um voto”.

A Liberdade, neste contexto, referia-se à liberdade de pensamento e de comércio, não incluindo, contudo, a liberdade de associação (contrária à liberdade no comércio). Considerava-se que não existia contradição entre o interesse individual e o interesse comum, mas uma convergência natural entre ambos. Assim, defendia-se que as associações falseavam as relações entre o cidadão e a República. Uma parte da luta dos trabalhadores desde então vai consistir em alcançar o direito de associação política, sindical, cultural, etc.

Foi-se passando de sociedades essencialmente teocêntricas (forças transcendentais) para uma sociedade baseada na ideia de que os seres humanos devem ser autónomos e que constituíam seres superiores em relação aos outros seres vivos. Esta autonomização do ser humano é um dos aspetos mais importantes da modernidade. Prevalece o saber pela razão. A razão deve ser o único critério como ação e como juízo.

Antes da Revolução Industrial de Inglaterra, a Speenhamland Law (1795) garantia o “direito à vida” dos camponeses e assalariados através de subsídios que complementavam os baixos

salários. Esta lei teve como resultado, contudo, que tendo os trabalhadores os seus salários assegurados, impedia a criação de um mercado de trabalho concorrencial. Pode-se, pois, afirmar que antes da industrialização não tinha havido nenhum precedente histórico no qual o “medo da fome” e o “lucro” tivessem conduzido às leis da oferta e da procura, no sistema de organização social. (Stewart, 2010)

As tensões começaram a surgir, neste cenário, quando se pretende estabelecer uma economia de mercado e para tal organizar os elementos de produção, i.e., a terra, o trabalho e o dinheiro, com esse fim. Para conseguir este objetivo a Lei de Speenhamland constituía um obstáculo, exercendo o movimento contrário de proteção dos perigos da economia de mercado, tendo por base um sentimento paternalista. (Polanyi, 1944, p. 226)

A economia capitalista e a mentalidade positivista permitiram um desenvolvimento tecnológico sem precedentes, resultando num processo de reorganização da economia com múltiplas consequências.

A descoberta da economia foi como que uma revelação assombrosa acelerando fortemente a transformação da sociedade e a instauração de um sistema de mercado, enquanto as máquinas de fundamental importância eram inventos de artesãos sem instrução, alguns dos quais mal sabiam ler e escrever. (Polanyi, 1944, p. 280)

Para que a nova e emergente teoria ortodoxa liberal pudesse estabelecer uma economia onde reinasse o livre comércio era fundamental que o Estado se limitasse a criar as condições para que a ordem natural se concretizasse, garantindo apenas a defesa da propriedade e da liberdade, realizando obras públicas e ensinando as leis da ordem natural.

O maior investimento na agricultura, nomeadamente em adubos, e os *enclosures*, conduziram, por um lado, à desertificação dos espaços rurais e, por outro, à libertação de mão-de-obra que se deslocou para as cidades à procura de trabalho. Prometia-se a todos a prosperidade e a abundância.

Na realidade a prosperidade estava ao dobrar da esquina – uma prosperidade de proporções gigantescas, destinada a tornar-se uma nova forma de vida, não no quadro de uma só nação, mas também para toda a humanidade. (Polanyi, 1944, p. 258)

Assiste-se ao surgimento da possibilidade concreta e da desejabilidade de crescimento económico e ao sonho da abundância. Com a melhoria dos instrumentos de produção, esperava-se que a industrialização diminuísse o esforço humano e melhorasse as condições de vida; no

entanto, o que se produziu foi uma desagregação nas condições de existência das pessoas que se deslocaram para as cidades.

As cidades não ofereciam condições de habitabilidade, propiciando a difusão de doenças, as fábricas exploravam os trabalhadores na tentativa de produzir a maior quantidade de produtos possível ao menor custo, e para tal utilizavam frequentemente crianças e mulheres como mão-de-obra mais barata.

(...) “a autoridade mais persistente e mais estrita do patrão” substituíu o governo e a paróquia na imposição do trabalho. (Polanyi, 1944, p. 275)

Criava-se, deste modo, uma categoria inteiramente nova de pobres, os desempregados, que nesse momento entraram socialmente em cena. Enquanto o indigente, no seguimento da Lei de Speenhamland, devia ser socorrido por razões humanitárias, o desempregado, por razões industriais, não devia sê-lo. O facto de o desempregado não ser culpado da sua situação não contava. (Polanyi, 1944, p. 427)

Essas leis exigiam que a compaixão fosse varrida dos corações e que se assumisse uma atitude de determinação estoica e renúncia à solidariedade humana em nome da felicidade do maior número. (Polanyi, 1944, p. 256)

O reforço da importância dada ao mercado e o reforço da produtividade conduzem a uma sociedade de consumo. No entanto, se, por um lado, existe maior acesso aos bens industriais de consumo, por outro assiste-se à exclusão social em grande escala. O ser humano passa à condição de um mero instrumento de manipulação capitalista, em que a mais-valia se transforma no principal mecanismo de obtenção de lucro² pelos detentores dos meios de produção, a que se denomina materialismo histórico.

A crueldade perversa do sistema consistia precisamente no facto de se emancipar o trabalhador com o propósito explícito de o submeter à ameaça da destruição efetiva da fome. (Polanyi, 1944, p. 427)

A população de Londres cresceu de forma vertiginosa sem planeamento, infraestruturas e condições básicas mínimas. A situação dos operários das fábricas era dramática.

² De acordo com Polanyi, o lucro consiste na diferença entre dois conjuntos de preços: o preço dos bens produzidos e o seu custo, ou o preço dos bens necessários à sua produção. (Polanyi, 1944, p. 210)

Leigh Shaw-Taylor e E. A. Wrigley, da Universidade de Cambridge, publicaram recentemente um estudo com os números respeitantes ao crescimento da população em geral e da população urbana, em Inglaterra:

Figura 2 - Gráfico de crescimento da população geral em Inglaterra (1600-1781)

	1600	1700	1750	1801	1851	1871
England	4,161,782	5,210,623	5,921,905	8,671,356	17,030,153	21,292,297
		1600-1700	1700-1750	1750-1801	1801-1851	1851-71
Absolute increase		1,048,839	711,282	2,749,451	8,358,797	4,262,144
Percentage increase		25.2	13.7	46.4	96.4	25.0
Rate of growth (per 1,000 per annum)		2.5	2.6	7.5	13.6	12.5

Fonte: Shaw-Taylor, L., & Wrigley, E. A. (14 de julho de 2016). *Occupational Structure and Population Change*. Obtido de www.geo.cam.ac.uk

Figura 3 - Gráfico de crescimento da população urbana em Inglaterra (1600-1781)

	1600	1700	1750	1801	1851	1871
London	200	575	675	971	2,362	3,267
Other towns with 5,000 or more inhabitants	135	275	540	1,590	5,054	8,918
Total urban	335	850	1,215	2,561	7,416	12,185
Population of England	4,162	5,211	5,922	8,671	17,030	21,488
	The above totals expressed as percentages of total population					
London	4.8	11.0	11.4	11.2	13.9	15.2
Other towns with 5,000 or more inhabitants	3.2	5.3	9.1	18.3	29.7	41.5
Total urban	8.0	16.3	20.5	29.5	43.5	56.7
Population of England	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Shaw-Taylor, L., & Wrigley, E. A. (14 de julho de 2016). *Occupational Structure and Population Change*. Obtido de www.geo.cam.ac.uk

Este crescimento acontece paralelamente a um crescimento económico extremamente desigual.

Mas nada poupou o povo comum de Inglaterra ao impacto da Revolução Industrial. Uma fé cega no progresso espontâneo apoderou-se dos espíritos e foi com um fanatismo de sectários que os mais esclarecidos de entre eles se mobilizaram ao serviço de uma transformação ilimitada e desregulada da sociedade. (Polanyi, 1944, p. 220)

Com a Revolução Industrial corta-se completamente com a ideia de família como unidade alargada e unidade produtora por excelência, passando a ser apenas uma unidade reprodutora. Esta “unidade nuclear” vai conduzir a alterações profundas no quadro familiar e à tendência para a desvalorização da economia doméstica.

Se Speenhamland exagerara os valores da proximidade, da família e do quadro rural, agora o homem, arrancado ao seu lar e aos seus laços familiares, perdia por completo as suas raízes e qualquer meio que o apoiasse. (Polanyi, 1944, p. 229)

As condições desumanas em que vivia a população que trabalhava na indústria e as condições laborais em que se encontravam conduzem, por parte de alguns autores, a uma preocupação com a chamada “Questão Social”, que na realidade se desdobra em várias: o número de horas da jornada de trabalho, higiene e segurança/acidentes de trabalho, salários miseráveis, condições de vida dos operários. Se de início se preconizava um certo culto à pobreza como sendo uma forma honesta de obter uma existência frugal, com as primeiras revoltas dos operários e a constituição dos primeiros sindicatos, estes começaram a apresentar-se como uma ameaça ao poder estabelecido, e o culto da pobreza acabou por perder força. (Santos R. M., 2005)

Nesse sentido havia uma ideia contraditória em relação ao trabalho: se por um lado se considerava que dignificava o homem (trabalho como valor), por outro lado assistia-se à degradação das condições de trabalho e de vida.

Engels descreve as condições de vida dos operários:

As ruas não são pavimentadas, são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. Além disso, a ventilação torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. (Engels, 1845)

E na descrição de Zola, “Essas construções de tijolos, feitas o mais economicamente possível pela companhia, tinham paredes tão finas que a respiração mais delicada as atravessava”. (Zola, 1885)

A “Questão Social” do século XIX surge expressa na obra de Charles Dickens, na crítica dura de Karl Marx e Engels e nas chamadas de atenção da Encíclica “Rerum Novarum”³ do Papa Leão XIII, que inaugura a chamada doutrina social da igreja.

A Economia Social surge nesta época como resposta não-mercantil da sociedade civil, que se organiza para fazer face às suas necessidades e aos seus problemas, de forma coletiva (defesa de interesses comuns e entreajuda). Apesar de já ter existido anteriormente sob outras formas, o século XIX é o período em que a Economia Social tem um importante reconhecimento político, jurídico-institucional, uma fundamentação filosófica e ideológica e uma validação científica subjacente à Economia da Reciprocidade. A resposta da sociedade civil é uma resposta tridimensional: social, mas também económica e política, em que a Economia Social se encontra em percursos cruzados com outras manifestações de âmbito social, nomeadamente o sindicalismo.

Entre 1830 e 1840, surgem pela primeira vez publicações e revistas onde se fala de Economia Social, em autores que se opõem à Economia Política. A Economia Social nesta época preocupa-se com a distribuição da riqueza, numa reação ao empobrecimento e degradação das condições de vida e de trabalho e constitui uma resposta às falhas da economia de mercado. As iniciativas da Economia Social defendiam o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo, inspiradas no socialismo utópico de Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825) e Owen (1771-1858), ou no social-cristianismo de Le Play (1806-1882).

As primeiras cooperativas de consumo⁴ e as sociedades de socorros mútuos, garantiam, no primeiro caso, o acesso a bens e serviços de primeira necessidade, e no segundo caso, proteção em caso de invalidez ou morte.

Polanyi tinha grande admiração por Owen, do qual falava com frequência na sua obra *A Grande Transformação*. Owen foi um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo e também ele criticava frontalmente o capitalismo. Apesar de ser um dos pensadores mais influentes do

³ Encíclica “Rerum Novarum: sobre a condição dos operários”, do Papa Leão XIII, publicada a 15 de maio de 1891. Trata de questões sociais levantadas durante a Revolução Industrial: crítica a falta de princípios éticos e valores morais na sociedade, defende princípios de justiça social como a melhor distribuição da riqueza, a intervenção do Estado na economia a favor dos pobres e desprotegidos e o direito à associação dos trabalhadores para defesa dos seus interesses, i.e., sindicatos livres, entre outras.

⁴ Exemplo de cooperativa de consumo: Cooperativa dos pioneiros equitativos de Rochdale (1854).

socialismo utópico no início do século XIX, levou as suas ideias para a prática quando comprou uma fábrica em New Lanark, em Lanarkshire. Esta fábrica tinha cerca de 2.000 trabalhadores, entre os quais 500 eram crianças. Entre as suas várias medidas contam-se a melhoria das habitações e promoção de hábitos de higiene, ordem e parcimónia; a abertura de uma loja de produtos de qualidade a preços pouco mais altos do que o seu preço de custo; a supervisão da venda de bebidas alcoólicas; a abertura de escolas para os mais novos, nas quais dava especial importância ao desenvolvimento do carácter e onde incluía dança e música no seu currículo. Dedicou toda a sua vida a defender os direitos dos trabalhadores e à organização de cooperativas e sindicatos. Implementou na sua fábrica medidas inovadoras para a época como a proibição do trabalho infantil, a folga semanal, as dez horas de jornada de trabalho e a idade da reforma. Como diria Polanyi referindo-se a Owen, “Que as possibilidades humanas fossem limitadas não pelas leis do mercado, mas pelas da sociedade, tal era a descoberta reservada a Owen que, só ele, soube discernir, sob o véu da economia de mercado, a realidade emergente da sociedade.” (Polanyi, 1944, p. 232)

Para que a nova e emergente teoria ortodoxa liberal de livre comércio se pudesse expandir, o liberalismo económico considerava fundamental a abertura das fronteiras nacionais ao livre comércio. Tal só seria possível com a criação de um sistema financeiro comum para os vários países.

3.1.2 O sistema financeiro internacional

O desenvolvimento do mercado autorregulado a nível internacional dependia da criação de um regime cambial único por parte dos vários países que facilitasse as trocas comerciais entre eles. Surge, assim, o padrão-ouro internacional. Polanyi considerava que a criação do padrão-ouro internacional foi o resultado de uma realização intelectual extraordinária, criada pelos liberais, como mecanismo destinado a assegurar um mundo sem fronteiras de prosperidade sem limites. Este sistema permitia que diferentes pessoas de diferentes países e com diferentes moedas realizassem transações comerciais. Para tal, bastaria que cada país seguisse algumas regras: cada um deles estabeleceria o valor da sua moeda reportando-se a uma determinada quantidade de ouro; a circulação da sua moeda deveria ser garantida pela quantidade de ouro das suas reservas; deveria haver uma total liberdade nas transações comerciais internacionais. Cada uma

das moedas nacionais representava um símbolo para a mesma mercadoria. (Polanyi, 1944, p. 390)

A alta finança funcionava, assim, como ligação entre o sistema político e o sistema de organização económica, a nível mundial. (Polanyi, 1944, p. 128) Tudo girava em torno da estabilidade cambial, sendo Londres o centro financeiro do comércio mundial. (Polanyi, 1944, p. 387)

Conscientemente, ou não, os bancos centrais geriam a moeda a partir do centro, substituindo-se ao mecanismo de autorregulação da oferta de crédito, sendo o seu automatismo apenas aparente. (Polanyi, 1944, p. 390)

A gestão da moeda pelo banco central era apoiada pelos adeptos do liberalismo, violando, assim, o próprio princípio de não interferência que preconizavam. Justificavam-se considerando que essa interferência fazia parte das “regras do jogo”. (Polanyi, 1944, p. 392)

Este sistema constituiu uma inovação institucional, com custos económicos desastrosos para as populações: cortes nos salários e nos rendimentos dos agricultores, aumento dramático do desemprego, falências nas pequenas empresas e na banca. Todos os sacrifícios, como a perda de soberania, o desemprego causado pela deflação ou a perda das liberdades constitucionais, são considerados um preço justo a pagar, por um bem maior.

A classe média intelectual sofria um processo de pauperização literal, enquanto os tubarões da finança acumulavam fortunas revoltantes. (Polanyi, 1944, p. 149)

A nível nacional, os países esforçavam-se por criar políticas de proteção dos seus bens agrícolas e manufacturados, criando barreiras alfandegárias e outras, para se defenderem de uma autorregulação a nível global. Nas palavras de Polanyi, “O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, mas agia segundo os impulsos do nacionalismo e da autarcia.” (Polanyi, 1944, p. 393), o que, só por si, criava tensões.

A partir da década de 1930, com a crise do sistema financeiro, tanto a Grã-Bretanha como os E.U.A. abandonaram o sistema do padrão-ouro passando a controlar a própria moeda, contrariando, assim, as “regras do jogo”. No entanto, mantiveram a teoria ortodoxa do liberalismo económico no que diz respeito à indústria e ao comércio. Estas decisões acabaram por influenciar e precipitar o início da Grande Guerra. (Polanyi, 1944, p. 313)

Mas o fracasso último do padrão-ouro era o fracasso último da economia de mercado. (Polanyi, 1944, p. 395)

É neste cenário que surge Polanyi e a sua obra. Com a sua visão lúcida, consegue descrever com clareza as causas e as consequências do estabelecimento de uma economia de mercado autorregulado e a sua consequente sociedade de mercado, bem como os custos que acarretou para as populações e o seu meio circundante.

3.2 A Crítica de Karl Polanyi à Racionalidade Económica Ortodoxa Dominante e ao Mercado Autorregulado

3.2.1 Consequências da Racionalidade Económica Ortodoxa para a sociedade e a natureza

Durante a época do feudalismo, quer a terra quer o trabalho encontravam-se incrustados na organização social. O estatuto da terra e a sua função eram determinados por normas legais e consuetudinárias, e estavam na base dos sistemas militar, judicial, administrativo e político. No trabalho, a regulação era ditada pelo costume e pelas corporações de ofícios, i.e., as diferenças entre mestre, oficial e aprendiz, o número de aprendizes, os salários, não havendo lugar para a ideia de comercialização do trabalho e da terra. (Polanyi, 1944, pp. 212, 213) A terra e o trabalho eram inseparáveis e faziam parte de uma unidade articulada, representando a natureza, o trabalho e a vida humana. (Polanyi, 1944, p. 365)

No entanto, o “progresso” resultante da economia de mercado autorregulado, trouxe consequências graves, como a desarticulação do social, da cultura e da moral, passando o ser humano a subordinar-se aos interesses individuais da acumulação. (Laville, 2009, p. 135) Todos os sacrifícios eram considerados um preço justo a pagar, para a obtenção de orçamentos sólidos, exigidos pelo liberalismo económico. (Polanyi, 1944, p. 313)

Para Polanyi, tanto a natureza como a vida humana têm uma dimensão sagrada, longe da frieza do conceito de *homo economicus*, guiado apenas pelo seu interesse pessoal e egoísta e estão intimamente entretecidas.

Aquilo a que chamamos terra é um elemento da natureza inextricavelmente entretecido com as instituições humanas. (Polanyi, 1944, p. 365)⁵

⁵ De certa forma, ao referir o carácter sagrado da natureza, e a falta de respeito com que é tratada pelo mercado autorregulado, Polanyi antecipa as teses ambientalistas contemporâneas.

Polanyi criticava não o mercado e a indústria *per se*, mas o facto de o seu desenvolvimento se basear na natureza egoísta do homem, desenraizando-o da sua comunidade, da sua cultura e da própria natureza onde encontra o seu *habitat*.

Para que não venha a destruir a espécie, o industrialismo terá de subordinar-se à natureza do homem. A verdadeira crítica a fazer da sociedade de mercado não é a que aponta o facto de ela se basear na economia – em certo sentido, toda e qualquer sociedade a toma por base -, mas a que denuncia o facto de a sua economia se basear no interesse privado. (Polanyi, 1944, pp. 459, 460)

Em conclusão, e segundo Polanyi, é fundamental que o destino dos seres humanos e do seu meio natural não seja dirigido pelo mecanismo do mercado autorregulado, evitando a destruição do tecido social. A força de trabalho não pode ser manejada como se de uma mercadoria se tratasse, utilizada ou abandonada a belo prazer das exigências do mercado, sem que tal não traga consequências para o portador dessa mercadoria, o ser humano. Ao dispor da força de trabalho, o sistema apropriar-se-ia não só da entidade física, como também da entidade psicológica e moral do homem, portador dessa mesma força.

Referindo-se novamente a Owen, Polanyi continua a valorizar a sua visão sobre o futuro que, em 1817, conseguiu prever as consequências de deixar a indústria progredir “naturalmente” num mercado autorregulado:

[Owen] Assinalava as enormes consequências que resultavam das manufaturas, «quando abandonadas ao seu progresso natural». «A difusão geral das manufaturas por todo um país engendra um novo carácter aos seus habitantes, e, como esse carácter se forma segundo um princípio muito desfavorável à felicidade individual ou geral, produzirá os males mais deploráveis e permanentes, a menos que a sua tendência seja contrariada pela intervenção e direção das leis». (Polanyi, 1944, pp. 292, 293)

Afastado das suas instituições culturais, que lhe ofereciam proteção, o ser humano acabaria por sucumbir à degradação causada pelo vício, o crime e a fome. Também o meio circundante, a que chamamos natureza, acabaria por ser vítima da poluição, provocando a degradação da paisagem, bem como dos meios de subsistência do homem, como a produção agrícola e os cursos de água. (Polanyi, 1944, p. 216)

Assim, a tese de Polanyi é, antes de mais, uma tese moral, pois considera que nem a natureza nem os seres humanos podem ser considerados objetos, cujo preço é determinado pelas leis da oferta e da procura, determinadas pela economia de mercado.

Involuntariamente, temos vindo a pagar o preço da mudança. (Polanyi, 1944, p. 461)

3.2.2 Consequências da separação da esfera económica da esfera política

Para evitar as consequências nefastas para a sociedade e a natureza, como mencionado no anterior ponto, Polanyi considerava da maior importância que o mercado se encontrasse incrustado no seu meio social e por ele fosse regulado. Era necessário, do mesmo modo, que a esfera económica não fosse separada da esfera política. Owen partilhava esta crença, tal como Polanyi fez questão de sublinhar na sua obra, quando diz:

Mas o traço distintivo do owenismo era a sua insistência na perspectiva *social*: recusava-se a aceitar a divisão da sociedade numa esfera económica e numa esfera política (...) A aceitação de uma esfera económica separada implicaria o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro enquanto força organizadora da sociedade. (Polanyi, 1944, p. 353)

Esta separação pretendida pelo liberalismo económico e o seu mercado autorregulado, tinha por objetivo evitar que a economia sofresse a regulação, e consequentes limitações, por parte do poder político. Do seu ponto de vista, quanto menor fosse a interferência do poder político no sistema económico, mais eficaz a economia de mercado se tornaria.

De acordo com Rodrigues, um dos autores da atualidade que se dedica ao estudo do pensamento de Polanyi, a doutrina liberal procurava separar a esfera política da esfera económica, por forma a subordinar a política aos requisitos da economia liberal. O poder político é imprescindível para a criação, expansão, contração e reconfiguração dos mercados, apesar de intervir também na correção das suas falhas. No entanto, na prática, a esfera económica não pode nunca ser separada da política. (Rodrigues, 2010)

O facto de se deixar a economia totalmente entregue à autorregulação do mercado, separando-a das relações de confiança e reciprocidade, acaba por conduzir a relações de troca menos funcionais e, como tal, menos eficientes.

Quando tudo se compra e vende, os mercados serão autodestruídos pela corrupção e por outras práticas predatórias. Além disso, a confiança, a reciprocidade, ou a probidade, cultivados muitas vezes em esferas não-mercantis, ajudam à existência de relações mercantis mais funcionais. (Rodrigues & Cordeiro Santos, 2012, pp. 4, 5)

Polanyi critica, principalmente, certas modalidades da sua expansão a várias esferas da vida social que não podem, ou não devem ser mercantilizadas. (Rodrigues, 2010, p. 153)

A mercantilização manifesta-se, assim, através de dois modos distintos, mas que se reforçam mutuamente. Pode ter lugar a um nível institucional, envolvendo o

estabelecimento de direitos de propriedade, contratos e preços, ou ao nível do discurso e das representações sociais. (Rodrigues & Cordeiro Santos, 2012, p. 3)

Como tal, para evitar o controlo dos elementos de produção (a que Polanyi denomina de mercadorias fictícias), a terra, o trabalho e o dinheiro (ver 3.3 Crítica à mercantilização da Terra, do Trabalho e do Dinheiro), pelo mercado autorregulado⁶, é fundamental o controlo da economia por parte do Estado, protegendo, assim, o ser humano dos seus efeitos nocivos. O seu papel é determinante, por exemplo, para evitar os perigos da inflação e da deflação através do ajustamento da oferta da moeda e de crédito; assegurar a proteção dos trabalhadores durante os períodos de desemprego, gerindo as variações da procura e apostando na formação dos mesmos; protegendo a terra e tomando medidas para garantir a continuidade da produção alimentar.

Cabe aqui um papel importante aos sindicatos, ao retirar a força de trabalho do mercado, com a ajuda do Estado e de outros organismos públicos, permitindo que prevaleçam motivações diferentes das que estão ligadas aos rendimentos monetários e às remunerações financeiras do trabalho. (Polanyi, 1944)

É necessário, igualmente, garantir a necessidade de retirar a terra do mercado, através da sua incrustação em instituições como cooperativas e outras unidades de produção rural: o município, a fábrica, a escola, a igreja, os parques e as reservas naturais. Os aspetos essenciais do uso da terra devem ser retirados do mercado autorregulado, só permitindo contratos sobre a terra de aspetos apenas acessórios. Também os preços dos produtos alimentares e as matérias-primas orgânicas devem deixar de ser fixados pelo mercado.

Por último, retirar o controle da moeda pelo mercado é uma medida a que se está a assistir atualmente e que está a ser realizada em todos os países. (Polanyi, 1944, pp. 462, 463)

3.2.3 A falácia económica e o seu reducionismo

Outra crítica de Polanyi ao mercado autorregulado consiste na sua tentativa de reduzir as motivações humanas, promovendo aquilo a que ele denomina de “falácia económica”. De acordo com Rodrigues, a falácia económica pode ser definida como consistindo na ideia de que é possível, e até aconselhável, reduzir a variedade de motivações humanas, sendo que a

⁶ Polanyi considera que as mercadorias são aqui, empiricamente, definidas como objetos produzidos com vista à venda no mercado, e os mercados são definidos, empiricamente, como contatos efetivos entre compradores e vendedores. (Polanyi, 1944, p. 214)

principal é o lucro, e que tal pode ser feito para todas as sociedades, presentes, passadas e futuras. (Rodrigues, 2010)

Também Laville considera que o sofismo economicista é o facto de se confundir o mercado com a totalidade da economia, presente na teoria económica ortodoxa. (Laville, 2016)

Para Polanyi, a falácia económica resulta da identificação artificial da economia com a sua forma de mercado, na versão formal, uma vez que o mecanismo da oferta/procura/preço é uma instituição relativamente moderna e específica, não podendo ser aplicada a sociedades com outras características e especificidades, sociedades estas em que o que se procura é a simples reprodução material da própria vida. A economia de mercado é um fenómeno histórico único e específico, ligado à Revolução Industrial do século XIX. (Polanyi, 1944)

O mercado e o *homo economicus* constituem, pois, exceções, não sendo universais. São uma construção histórica e não surgem natural e espontaneamente, como nos queria fazer crer Hayek. (Caillé & Laville, 2007)

O mercado não é o filho legítimo da natureza, mas o filho natural da política. (Caillé & Laville, 2007, p. 85)

3.2.4 A crítica de Karl Polanyi ao conceito de escassez e o seu conceito de distinção entre riqueza e valor

A explicação dada por Polanyi permitiu ajudar a esclarecer a diferença entre os conceitos de riqueza, valor, preço e moeda.

Ao afirmar-se como uma disciplina científica, a economia afastou-se, por um lado, das considerações éticas e, por outro, virou-se apenas para os valores pecuniários, tendo sido a noção de riqueza substituída pelas de valor e preço⁷.

⁷ Definição de riqueza, por Adam Smith: conjunto dos “bens necessários à vida e ao conforto.” (Smith, 1987 [1776], vol. I: 69) produzidos pelo trabalho. Depende de duas causas: 1) “perícia, destreza e bom senso com que [o trabalho da nação] é executado” com a especialização do trabalho; 2) da “proporção entre os que estão empregados em trabalho útil e daqueles que o não estão”. (Id. pp. 69-70). É a relação entre trabalho produtivo (bens materiais) e trabalho improdutivo. A riqueza das nações é o trabalho produtivo (aulas do Seminário de Teoria Económica, ano letivo 2014-2015).

Lisboa interpreta a explicação dada por Polanyi quando refere que o valor é determinado pela escassez: o valor precisa da escassez em alguma medida para se manter elevado. Por esse motivo, o capitalismo é um sistema de criação de desejos e produção de necessidades; é uma civilização fundada no consumismo e no desperdício sobre processos de obsolescência planejada (as mercadorias não são produzidas para serem consertadas, mas para serem substituídas quando apresentarem defeitos). Esta destruição sistemática de riquezas é intrínseca à racionalidade económica moderna. (Lisboa, 2008, p. 14)

Nesta sequência, tudo o que é abundante e gratuito deixou de ser riqueza, pois riqueza é só aquilo que tem valor. O valor é composto por duas relações: utilidade e escassez. Assim, por exemplo, o ar é abundante e útil, mas não tem valor, pois não é escasso. No entanto, um bem escasso, por exemplo um diamante, não tem valor, mas constitui riqueza.

Se considerarmos a escassez como a insuficiência das coisas materiais, então, a condição humana está para sempre ligada a vontades ilimitadas e meios insuficientes. (Lisboa, 2008)

Polanyi demonstrou a não existência de escassez no estudo de povos não ocidentais. Aqui a escassez é a proporção de uma coisa e o uso que dela se faz. Assim, as necessidades podem ser satisfeitas, ou produzindo muito, ou desejando pouco.

O autor recupera a antiga ideia da economia enquanto ciência da riqueza social.

Também a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro foi alvo das críticas de Polanyi.

3.3 Crítica à mercantilização da Terra, do Trabalho e do Dinheiro

O estabelecimento da economia de mercado autorregulado necessitou de transformar a terra, o trabalho e o dinheiro, em mercadorias a que se pudesse atribuir um preço (através do ajuste entre a oferta e a procura) e que pudessem ser livremente transacionadas no mercado. Na sua obra *A Grande Transformação*, Polanyi denominou estes elementos de mercadorias fictícias.

Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. (...). Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. (...) O trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. (Polanyi, 1944)

Na verdade, a sociedade de mercado não teria sido possível sem a transformação artificial em mercadorias fictícias do trabalho, da terra e do dinheiro, subordinando, assim, a ordem social ao sistema económico e permitindo que o sistema funcionasse segundo as suas próprias leis. Estas mercadorias passam a ter um preço estipulado pelas leis da oferta e procura, como se de um qualquer bem se tratasse, passando a chamar-se, respetivamente, salários, rendas e juros.

No entanto, se partirmos do princípio que qualquer coisa que se pretende vender no mercado tem de ser produzida, então, nenhum dos três elementos, terra, trabalho e dinheiro, uma vez que não foram produzidos, empiricamente, não podem ser considerados como mercadorias, ou seja, a sua descrição como mercadorias é inteiramente fictícia. (Polanyi, 1944)

Tal como nos descreve Polanyi, o trabalho é uma atividade que faz parte e acompanha a vida do homem, não pode ser armazenada ou mobilizada, não pode ser desligada do resto da sua vida. A terra é apenas outra denominação que se dá à natureza e, tal como o trabalho, não é produzida. Por último, a moeda é o resultado de uma criação do Estado ou da banca, e constitui, tão somente, um símbolo do poder de compra. (Polanyi, 1944, p. 215)

Segundo a doutrina liberal ortodoxa, para que seja possível o estabelecimento de uma sociedade de mercado, nada deve ser feito para impedir a criação de mercados e, paralelamente, é necessário impedir que possam ser criados rendimentos por outras vias que não a compra e venda.

Assim, ao mesmo tempo que devem existir mercados para todos os elementos da indústria, não devem ser tomadas quaisquer medidas políticas que impeçam o livre funcionamento dos mesmos. É neste sentido que se impõe a separação entre o político e o económico. Para que seja possível criar condições para que o mercado seja a única força reguladora da esfera económica. As únicas medidas políticas para o livre funcionamento do mercado autorregulado são, como já foi referido anteriormente, a abstenção de interferência nos preços, que devem ser estabelecidos pela relação entre a oferta e a procura. Para os defensores do *laissez faire* esta é a melhor forma de manutenção da lei e da ordem, a baixo custo.

Deixando que o trabalho funcionasse como qualquer outra mercadoria, com um preço estabelecido pelo mercado, essa seria a forma mais “natural” de gerir a pobreza, deixando que as coisas se compusessem por si mesmas. (Polanyi, 1944, p. 211)

O poder de compra é igualmente, “naturalmente”, regulado pela ação do mercado, i.e., o dinheiro é tratado como uma mercadoria controlada pela oferta e procura de bens, que funcionam como moeda. Assim, a moeda é apenas outro nome que se dá a uma mercadoria usada nas trocas, no mercado. No caso do padrão-ouro, a moeda representa a “mercadoria”

ouro. A sua oferta e a sua procura são igualmente reguladas pelo mercado. (Polanyi, 1944, p. 299)

As relações não contratuais, como sejam, as relações baseadas no parentesco, na proximidade, na profissão ou nas crenças, constituíam um obstáculo à instituição de uma economia de mercado. Era necessário liquidá-las e impedir que se reconstituíssem, uma vez que ao exigirem a adesão do indivíduo, restringiam a sua liberdade fundamental para a implementação de um mercado que era pressuposto funcionar com base na liberdade do indivíduo. (Polanyi, 1944, p. 343)

Trata-se de uma exigência utópica tanto no que se refere à terra como no que se refere ao trabalho. A função económica é apenas uma das múltiplas funções vitais da terra. Esta confere estabilidade à vida do homem; é o lugar que o homem habita; é a condição da sua segurança física; é a paisagem e as estações. Imaginá-lo a viver sem terra é a mesma coisa que imaginá-lo a viver sem mãos e sem pés. E, todavia, separar a terra do homem e organizar a sociedade de maneira a satisfazer os requisitos de um mercado do imobiliário foi um aspeto decisivo da conceção utópica de uma economia de mercado. (Polanyi, 1944, pp. 365, 366)

A organização da economia de mercado pressupunha, igualmente, que a ameaça da fome levaria o homem a integrar-se no mercado de trabalho (trabalho como mercadoria) para sobreviver, recebendo um salário, que por sua vez iria gastar no mercado para comprar os bens de que necessitava. “Mas o último estágio do processo consistiu na aplicação da «sanção natural» da fome. Para que esta fosse possível, era necessário liquidar a sociedade orgânica, que se recusava a deixar os seus membros individuais a morrerem de fome”. (Polanyi, 1944, p. 346)

Polanyi, citando Townsend, refere que: “(...) a coerção da lei é acompanhada de grande agitação, violência e alarido. (...) ao passo que a fome é não só um meio de pressão pacífico, silencioso e constante (...) a fome é um agente de disciplina mais eficaz do que qualquer magistrado.” (Polanyi, 1944, pp. 272, 274)

A economia de mercado experimentou, durante algum tempo, um crescimento que parecia antever uma sociedade de abundância, dando-lhe a legitimidade que procurava. No entanto, com a miséria que se seguiu, o Estado começou a ser pressionado pela classe operária para uma reforma social.

Os mecanismos criados pela prática liberal, tinham sabotado as fundações morais e de confiança partilhados na comunidade, que passaram a estar subordinados aos interesses individuais da acumulação.

A nossa tese é a de que todos estes aspetos foram traços acessórios de uma transformação decisiva: o estabelecimento da economia de mercado. (Polanyi, 1944, p. 171)

3.4 Outros conceitos constantes na obra de Polanyi

3.4.1 O conceito de *(dis)embeddness*

Existem outros conceitos na obra de Polanyi que constituem referências fundamentais para melhor entender o quadro teórico em que se situa a Economia Política e Moral do autor. Um destes conceitos refere-se à (des)incrustação⁸.

Polanyi demonstra, na sua obra, que até finais do séc. XVIII, em todas as sociedades, o sistema económico se encontra imerso (i.e., incrustado) no sistema social. Anteriormente à Revolução Industrial, a economia não era controlada pelo mercado. Pelo contrário, o papel do mercado, ainda que existente, era meramente acessório na vida económica e controlado pela autoridade social. Não era possível separar mentalmente a economia das outras atividades sociais.

Como diz Rodrigues:

(...) uma nova interpretação dos conceitos de incrustação e desincrustação são demonstrados. Toda a economia real é sempre e necessariamente incrustada na lei, política e moralidade, e a questão é saber o tipo de relação que é estabelecida entre estas esferas. O projeto de construir uma economia desincrustada exclusivamente baseada nos mercados autorregulados significa que havia sempre uma grande separação entre o discurso liberal e a realidade da sua aplicação. (Rodrigues, 2010)

A satisfação das necessidades era feita através de três formas empíricas principais de integração da economia: a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade, sendo que o mercado era perfeitamente acessório (ver 4.3 Padrões de Integração).

A descoberta mais notável da investigação histórica e antropológica recente é que, em regra, a economia humana existe envolvida pelas relações sociais que os seres humanos mantêm entre si. O homem não age tanto de maneira a salvaguardar o seu interesse pessoal na posse de bens materiais, como com vista a garantir a sua posição social, as suas ambições sociais, o seu valor social. Só valoriza os bens materiais na medida em que estes possam servir esses outros fins. (Polanyi, 1944, p. 179)

⁸ Traduzido do original *(dis)embeddness*.

Em última análise, é por esse motivo que o controle do sistema económico pelo mercado tem consequências avassaladoras sobre o conjunto da organização da sociedade: significa, nada menos, do que a direção da sociedade como um elemento auxiliar do mercado. “Em vez de existir uma economia incrustada (*embedded*) nas relações sociais, são as relações sociais que são incrustadas no sistema económico”. (Polanyi, 1944, p. 194)

Emerge a necessidade de estabelecer um controle social sobre o mercado, protegendo a sociedade e desmercantilizando o trabalho, a terra e o dinheiro.

(...) a criação de bens não implicava a atitude de reciprocidade que caracteriza o auxílio mútuo, nem a preocupação do chefe de família por aqueles que estão a seu cargo, nem o orgulho que o artesão extrai do exercício da sua arte, nem as satisfações decorrentes da boa reputação – bastava a simples motivação do lucro, tão bem conhecida por aquele cuja profissão consiste em comprar e vender. (Polanyi, 1944, pp. 217, 218)

3.4.2 Conceitos de Duplo Movimento e Autoproteção da Sociedade

Para além do conceito de (*dis*)*embeddness*, referido no ponto anterior, também os conceitos de duplo movimento e autoproteção da sociedade, são fundamentais no quadro teórico herdado de Polanyi. Se o duplo movimento pressupõe, como o nome indica, dois movimentos, a autoproteção da sociedade constitui um deles, sendo o oposto do mercado autorregulado.

Na sua obra, *A Grande Transformação*, Polanyi tece considerações em relação à catástrofe social produzida pela Revolução Industrial, ao afirmar que:

(...) a sociedade humana poderia ter sido aniquilada, se não intervissem os contramovimentos defensivos que refrearam a ação do mecanismo autodestrutivo. A história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento (...). Enquanto, por um lado, os mercados se alastraram por toda a face da terra, e as quantidades de bens que neles circulavam atingiam dimensões inimagináveis, interveio, por um lado, uma série de medidas e decisões políticas que foram a origem de instituições poderosas que visavam controlar a ação do mercado sobre o trabalho, a terra e a moeda. (Polanyi, 1944, p. 220)

A esta alternância histórica entre controle da economia pelo social e o controle do mercado sobre a sociedade, Polanyi denomina de “duplo movimento”, tendo sido esta “grande transformação” que protegeu a sociedade das ameaças que o liberalismo económico fazia sobre ela pesar.

A autoproteção da sociedade surgiu quase simultaneamente aos ataques do mercado autorregulado, traduzindo-se em intervenção política e sindical da classe operária que, por sua

vez, deu origem a legislação social e fabril. Esta ação protetora da sociedade entrou em confronto inevitável com o mercado autorregulado. (Polanyi, 1944, p. 229)

Foi, portanto, este contramovimento que permitiu controlar os efeitos do mercado autorregulado sobre os seres humanos, evitando, assim, a sua aniquilação. Esta intervenção permitiu controlar a ação do mercado sobre os fatores de produção, i.e., as mercadorias fictícias: o trabalho, a terra e a moeda. (Polanyi, 1944, p. 298)

Assim, a tese de Polanyi do “duplo movimento” assenta na existência de dois movimentos que se opõem na sociedade de mercado. Se, por um lado, o mercado autorregulado promove o *laissez faire*, com a conseqüente desincrustação da economia do tecido social, por outro lado, a sociedade desenvolve um contramovimento de proteção, resistindo à sua desincrustação.

Este contramovimento, na sua maioria das vezes benéfico, constitui, no entanto, alguns perigos ao criar um impasse económico-político. Foi o caso da ascensão do fascismo na Europa, ou do comunismo na União Soviética, que resultaram da inexistência de um contramovimento capaz de apresentar soluções para a crise. (Polanyi, 1944, p. 302)

O contramovimento do fascismo face ao capitalismo liberal, aniquilou todas as instituições democráticas já conquistadas, reformando a economia de mercado, tanto a nível político como industrial. (Polanyi, 1944, p. 443)

Também o socialismo representou um contramovimento à sociedade de mercado e aos seus critérios de funcionamento, passando a abarcar todos os aspetos da atividade humana: políticos, económicos, culturais, filosóficos, artísticos ou religiosos. (Polanyi, 1944, p. 447)

Porém, quando este contramovimento não assumiu posições radicais, permitiu desenvolver sistemas de proteção, como sejam, a proteção legislativa relativa à saúde, das condições laborais nas fábricas, criação de seguros, direitos sindicais e diversos serviços públicos e municipais.

Rodrigues define o contramovimento de proteção social de Polanyi da seguinte forma:

(...) multiplicidade de iniciativas institucionais e regulatórias que tendem a ampliar a provisão pública, atualizar formas de provisão comunitárias e a configurar o reconhecimento de que, no fundo, «o trabalho não é uma mercadoria», de que a terra e os seus recursos têm de ser protegidos da instabilidade do sistema universal, e de que a moeda e as finanças têm de ser politicamente administradas. (Rodrigues, 2016, p. 4)

De acordo com Block, na Introdução do livro de Polanyi, *A Grande Transformação* (Edição de 2012), os próprios capitalistas sentem muitas vezes a necessidade de se auto protegerem,

desencadeando “periodicamente ações de resistência contra a incerteza e as flutuações produzidas pela autorregulação dos mercados”, i.e., contramovimentos. (Polanyi, 1944, p. 95) Assim, ao contrário do que seria previsível, o sistema de mercado e a autoproteção, não são mutuamente exclusivos. Para estabelecer o liberalismo económico foi necessário requerer, frequentemente, e sem qualquer hesitação, a intervenção estatal, quer na sua instauração, quer posteriormente na sua manutenção. (Polanyi, 1944, p. 322)

Por exemplo, a criação dos bancos centrais não foi mais do que um dispositivo de proteção do mercado autorregulado, para evitar a sua morte à nascença. No final de contas, esta forma de proteção, acabou por contribuir em grande parte para o precipitar da degradação do sistema financeiro internacional. (Polanyi, 1944, p. 358)

Polanyi considera que os acontecimentos catastróficos que assolaram a Europa na primeira metade do século XX, são resultado da desagregação da unidade social, causada pela emergência da sociedade de mercado, e não podem ser analisados de uma forma isolada e independente.

3.5 Do colapso da Civilização do Século XIX às possibilidades de Liberdade nas Sociedades Humanas

3.5.1 A liberdade nas sociedades industriais complexas e a democracia

Este último ponto do Capítulo III, refere-se àquele que é também o último capítulo de *A Grande Transformação*, de Polanyi. É, na minha opinião, um dos mais importantes da sua obra pois transmite a mensagem de esperança no futuro que todos nós buscamos, apesar, contudo, de alertar para os perigos de todos os tipos de extremismos.

O direito à não-conformidade deverá ser o selo que autentica uma sociedade livre.
(Polanyi, 1944, p. 468)

Para melhor compreender o conceito, é necessário estabelecer, antes de mais, o sentido que atribuímos à palavra “liberdade”. Numa sociedade de mercado, tudo se resume a um conjunto de relações contratuais, identificadas com o conceito de liberdade. Nesta perspetiva, o Estado

era quase totalmente ignorado, e quanto mais fraco fosse, mais garantidas estariam as liberdades individuais e melhor funcionaria a sociedade (de mercado). (Polanyi, 1944, p. 471)

Polanyi coloca o problema da liberdade a dois níveis: o institucional e o moral ou religioso.

A nível institucional, a regulação expande e ao mesmo tempo restringe a liberdade. O autor dá um exemplo que considera transparente: ao propor a imposição universal de uma distribuição mais justa de rendimentos, ócios e segurança, os mais privilegiados têm tendência a considerar que tal imposição é dirigida diretamente para eles e para os seus direitos, quando afinal apenas se pretende estender a todos, as liberdades que até então apenas eles gozavam. (Polanyi, 1944, p. 466)

O autor considera que o direito à “não conformidade”, é um dos aspetos mais importantes de uma sociedade livre, atuando como uma “correção” política das instituições e poderes dominantes. No entanto, é necessário precaver os perigos de uma completa negação do mercado, como no caso do comunismo, que pode conduzir ao autoritarismo, ou à negação do poder da sociedade, como no caso do liberalismo, que, por sua vez, pode conduzir ao fascismo.

Polanyi coloca a resistência à mudança, nos seguintes termos:

(...) mudar a civilização industrial, fazendo-a assentar numa base que não seja a do mercado, parece a muitos uma tarefa tão desesperadamente difícil que não se dispõem a considerá-la. Temem a perspectiva de um vazio institucional ou, pior ainda, a perda da liberdade. Mas serão essas ameaças inevitáveis? (Polanyi, 1944, p. 461)

Atualmente, autores, como o caso de Laville, recorrem a Mauss e Polanyi quando sugerem que a reflexão entre igualdade e liberdade constitui um ponto fulcral na democracia, numa sociedade complexa. Esta só poderá avançar se levar em consideração as reações que têm origem na própria sociedade, partindo do «movimento económico real», e não de um plano de reforma social colado ao mundo real.

Para Laville, na democracia dos tempos modernos, a economia apresenta, por um lado, uma tendência de desincrustamento e, por outro, o seu reencastamento democrático, baseado no princípio primordial da solidariedade. (Laville, 2009, pp. 147, 148)

Quanto mais o mercado de trabalho oprimia a vida dos trabalhadores, mais estes reclamavam o direito ao voto. A origem política da tensão foi a reivindicação de um governo popular.

Em tais condições, o constitucionalismo ganhava um sentido inteiramente novo. (...) a democracia popular era um perigo para o capitalismo. (Polanyi, 1944, pp. 428, 429)

Segundo Polanyi, "(...) o socialismo é, essencialmente, a tendência imanente de uma civilização industrial no sentido de superar o mercado autorregulado, subordinando-o conscientemente a uma sociedade democrática. É a solução natural aos olhos dos operários industriais". (Polanyi, 1944, p. 440)

Os assalariados (...). Eram a única classe disponível para a proteção dos interesses dos consumidores, dos cidadãos, dos seres humanos enquanto tais, e, através do sufrágio universal, os números tornavam-nos preponderantes na esfera política. (Polanyi, 1944, p. 442)

É necessário um esforço consciente para assegurar liberdades fundamentais para o nosso futuro. Liberdades essas, que nos permitem uma verdadeira liberdade moral e independência de espírito. Entre elas podemos nomear as liberdades civis e mesmo a existência da empresa privada, entre outras. (Polanyi, 1944)

Os direitos conquistados devem prevalecer sobre qualquer outra autoridade, seja estatal, municipal ou profissional. Para tal, é necessário considerar os direitos e liberdades do indivíduo, independentemente das suas convicções religiosas ou políticas, a sua raça ou cor. Entre estes direitos, encontra-se a garantia de acesso a um posto de trabalho, nas condições estabelecidas pela lei. Estas liberdades devem ser mantidas, independentemente do risco que possam representar para a racionalidade da administração, ou para a eficácia na produção. Persistirão enquanto formos capazes de criar salvaguardas que as garantam e que permitam a sua extensão. (Polanyi, 1944, pp. 467, 468, 469) "Uma sociedade industrial pode permitir-se ser livre", independentemente da sua complexidade. (Polanyi, 1944, p. 469)

Em alternativa, podemos permanecer fieis a uma ideia ilusória de liberdade, não considerando a sociedade real, e nesse caso vivemos numa sociedade de mercado liberal, ortodoxa, ou, ao contrário, podemos aceitar a sociedade real, abrindo mão da liberdade e, nesse caso, estamos a optar por um sistema fascista.

A consciência do homem ocidental, de acordo com Polanyi, é constituída por três fatores: o reconhecimento da morte, o reconhecimento da liberdade e o reconhecimento da sociedade, mas é este último que decorre da vida numa sociedade industrial, na modernidade. (Polanyi, 1944, p. 473)

A descoberta da sociedade será, portanto, o fim ou o renascer da liberdade. Enquanto o fascista se resigna a renunciar à liberdade e glorifica o poder que é a realidade da sociedade, o socialista

resigna-se à realidade da sociedade e mantém, no entanto, a exigência da liberdade. Polanyi considera que o homem deve tornar-se suficientemente maduro, para ser capaz de existir como ser humano, numa sociedade complexa. (Polanyi, 1944, p. 474)

Enquanto permanecer fiel à sua tarefa de criar liberdade para todos, não terá de temer que o poder ou as medidas do plano se voltem contra ele e destruam a liberdade que através desses meios visa construir. Tal é o sentido da liberdade numa sociedade complexa: dá-nos toda a certeza que nos é necessária. (Polanyi, 1944, p. 474)

E desta forma Polanyi termina a sua obra *A Grande Transformação – As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*, respondendo à questão inicial que se colocou, em que pretendia provar que a ideia de um mercado capaz de se autorregular é uma utopia⁹, mas transmitindo, no entanto, uma mensagem de esperança no futuro.

Rodrigues refere, com base no pensamento de Polanyi: “[A] desmercantilização, está ancorada numa conceção democrática de cidadania, valorizando a criação das condições sociais para a liberdade e a autonomia que uma demasiada dependência do mercado pode colocar em perigo.¹⁰” (Rodrigues, 2010, p. 218)

A Economia Política e Moral de Polanyi serviu de base e de inspiração para autores que trilharam o caminho aberto por este autor, traçando, porém, o seu próprio percurso e conclusões.

⁹ O termo deriva da conjugação de duas palavras gregas (ou, advérbio de negação, e topos, lugar), podendo significar um “não-lugar”, um lugar que não existe, ou, simplesmente, um lugar imaginário, criado e utilizado por Thomas Morus (1477-1535). Morus atribui à palavra o significado de um lugar ideal que abriga uma sociedade igualitária, justa e feliz. A partir de meados do século XVII, o termo passa a ter um significado depreciativo (o que está fora da realidade) que permaneceu até ao século XXI. (Laville, 2009, p. 328)

¹⁰ Traduzido do original: “This decommodification is anchored in a democratic conception of citizenship, valuing the creation of the social conditions for freedom and autonomy, which an over-reliance on markets might endanger.”

Página em branco intencional

IV - CONTRIBUTOS DE KARL POLANYI PARA A RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÓMICO E POLÍTICO NA MODERNIDADE

4.1 A teoria da economia plural

Com base no pensamento de Polanyi, autores contemporâneos, como Laville, Machado ou Rodrigues, promovem a aplicação de uma economia substantiva em oposição a uma economia formal. O autor promove o abandono de um modelo económico único e sustenta a existência de alternativas que sejam, ao mesmo tempo, eficientes e democráticas.

A definição substantivista da economia, baseia-se na interação das relações entre os homens e entre estes e o ambiente natural e social que os rodeia, resultando em contínua oferta de meios para satisfazer as necessidades humanas.

Este tipo de pensamento procura estudar o lugar ocupado pela economia na sociedade, analisando as formas institucionais que o processo de satisfação das necessidades humanas reveste. Este conceito ganha especial importância com o crescente clima de descontentamento face à hegemonia do mercado nas sociedades contemporâneas (Machado, 2011, pp. 168, 169), deslindando de que forma os padrões de integração (reciprocidade, redistribuição, mercado) estão combinados, as instituições que as suportam, e o tipo de crenças humanas e preferências que delas resultam. (Rodrigues, 2010)

O binómio Estado-mercados não esgota o menu institucional de uma economia que quer ser plural. O pluralismo institucional exige que os mercados se combinem com formas públicas de provisão, mas também com formas associativas ou comunitárias. (Rodrigues & Cordeiro Santos, 2012, p. 7)

Rodrigues considera que a economia substantiva tem dois níveis: o primeiro é a relação entre cada indivíduo e os outros e entre cada indivíduo e a natureza; o segundo é a institucionalização desse processo. O indivíduo sabe o que se espera dele e o que pode esperar dos outros, pois este nível está associado a um sistema de informação e sanção. A existência de princípios gerais de comportamento, i.e., “padrões que podem ser chamados de formas de integração”, permitem disciplinar e tornar mais ou menos previsíveis a grande variedade de motivações humanas. A sua organização torna esses padrões operativos. (Rodrigues, 2004)

Este tipo de economia vai permitir a reintrodução da moral, pois o discurso económico, sendo ele próprio também parte da realidade que o cerca, não pode assumir-se como moralmente neutro. Até porque o reconhecimento da importância funcional dos valores morais permite a manutenção da ordem social e, conseqüentemente, o bom funcionamento da economia. (Rodrigues, 2004) Sendo o homem um ser moral, possui obrigações para consigo e para com os outros, sabendo distinguir o que é bom e o que é mau.

A definição formalista, por outro lado, defende que os princípios da ciência económica moderna, ortodoxa, neoliberal, são aplicáveis ao estudo de todas as sociedades, presentes e passadas. De acordo com Machado,

(...) o significado formal deriva do carácter lógico da relação meios/fins, referindo-se a uma determinada situação de escolha, nomeadamente, aquela entre diferentes usos possíveis de um conjunto de meios induzidos por uma insuficiência de tais meios, (...), fazer o melhor possível com os meios que se possui. (Machado, 2011, p. 172)

No centro é colocado o indivíduo isolado, “racional”, que procura maximizar os seus ganhos, na esteira da definição do *homo economicus*.

Laville define o “sentido formal”, como sendo proveniente do carácter lógico da relação entre fins e meios, aceção que também origina a definição do económico por referência à escassez, tal como exposto por Polanyi na sua distinção entre riqueza e valor. (Laville, 2009, p. 146)

Enquanto o substantivo resulta dos factos, o formal resulta da lógica.

A obra de Polanyi oferece, pois, uma fonte fundamental para as referências atuais da democracia associativa, representadas por iniciativas socioeconómicas em comunidade, baseadas na confiança, e em que a ação coletiva é dominante, com formas de organização e funcionamento económico bem diferentes da economia predominantemente de mercado. Assiste-se hoje a uma tentativa de reincrustação social de instituições de democracia económica, instituições essas que assumem múltiplas formas e em que se promove a solidariedade entre os seus membros, estabelecendo-se um vínculo social.

Com Mauss e Polanyi, esboçam-se os fundamentos teóricos de uma abordagem plural da economia e inicia-se uma reflexão sobre a mudança social que não se satisfaz com a evocação ritual de uma reviravolta do sistema. (Laville, 2009, p. 149)

A combinação dos vários princípios (mercado, Estado e ação coletiva) vai permitir a criação de uma economia mais resiliente aos choques externos, permitindo aumentar a sua capacidade de adaptação. (Rodrigues & Cordeiro Santos, 2012)

Para Polanyi, “quanto mais rica, profunda e diversa seja a maneira de cultivar as instituições democráticas, mais realista será a restituição de responsabilidade ao indivíduo”. (Polanyi, 1933)

Também a evolução do conceito de desenvolvimento, desde finais da II Grande Guerra, foi claramente influenciada pelo pensamento de Polanyi e vai ter a maior importância na construção deste trabalho.

4.2 Evolução do conceito de desenvolvimento

O presente debate em torno do conceito de desenvolvimento, recupera a agenda das questões formuladas por Polanyi, considerando que o desenvolvimento é um processo que resulta de contramovimentos da sociedade civil, como resposta às limitações do capitalismo contemporâneo. Ao contrário do que é considerado na conceção capitalista, o desenvolvimento precisa levar em conta, não apenas as questões económicas e produtivas, como igualmente as questões ambientais e culturais. Ao considerar o desenvolvimento como um sistema de criação de necessidades que só podem ser satisfeitas no mercado, este conceito ficaria para sempre ligado ao capitalismo. Também Lisboa considera que “o que os modelos mecânicos do desenvolvimento têm engendrado é a ampliação contínua de necessidades, tornando todos carentes de alguma coisa, institucionalizando a escassez”. (Lisboa, 2000, p. 8)

O conceito de desenvolvimento moderno afirmou-se depois da II Grande Guerra, indo conjugar-se com o keynesianismo, ao mesmo tempo que se assistia ao processo de independência da maioria das antigas colónias europeias e a O.N.U. assumia compromissos para o desenvolvimento. Nesta fase o desenvolvimento continua a basear-se essencialmente no crescimento económico. Alguns fatores, no entanto, conduziram à necessidade de renovação do conceito a partir de finais dos anos 60 e início dos anos 70 (do século XX).

Lisboa refere-se à crença na modernização industrial, da seguinte forma:

Pode-se constatar que até finais dos anos 60 havia uma quase unanimidade (as exceções sempre confirmam a regra) em aceitar a tese da existência de princípios universais da racionalidade econômica, ou seja: todas as sociedades seriam progressivamente transformadas à imagem e semelhança das ocidentais. Hoje se desfaz este mito do desenvolvimento, ou, pelo menos, este consenso já não é tão absoluto. Rompeu-se a crença de que apenas uma sociedade altamente industrializada permite liberar as potencialidades humanas. O retorno crescente da problemática relação entre economia e cultura, particularmente em sociedades híbridas como as latino-americanas, tem contribuído decisivamente para a erosão da fé iluminista numa modernização integradora que emana da marcha ascendente da história. (Lisboa, 2000, p. 17)

Era evidente a desilusão que se instalou nos países ditos “subdesenvolvidos”. O desenvolvimento tinha sido uma promessa, uma expectativa, que não estava a ser cumprida. As “receitas” seguras do neoliberalismo e as suas “boas práticas” tinham resultados caóticos. O mal-estar social estendeu-se aos países ditos “desenvolvidos”. O resultado do seu modelo de desenvolvimento resultou em custos sociais e políticos muito graves em ambos os mundos, “subdesenvolvido” e “desenvolvido”, uma vez que a própria sociedade “desenvolvida” começa a pôr em causa o seu próprio modelo de desenvolvimento. A universalidade pretendida do modelo liberal da economia, resultou na universalidade do descontentamento dos povos.

Por outro lado, começou a ter-se consciência dos problemas ambientais provocados por este desenvolvimento mercantilista, começando a realizar-se cimeiras sobre questões ambientais, que tiveram início em Estocolmo, no ano de 1972.

Tal como previsto por Polanyi, tinha chegado o fim da “golden age” do crescimento económico e o início das crises recorrentes económicas e financeiras. O mesmo acontecia nos países socialistas, com a multiplicação de crises várias. É o fim do modelo de crescimento económico do pós-guerra.

Com a implementação do neoliberalismo, o modelo de desenvolvimento que se espalhou pelo mundo levou-nos a crer que os grandes objetivos de uma vida boa seriam produzir muitas coisas (crescimento económico) e ter muitas coisas (consumo). A tendência é para considerar que o desenvolvimento económico é sinónimo de crescimento económico, utilizando indicadores de crescimento como o rendimento *per capita* ou o P.I.B. Estes indicadores, porém, não dão uma imagem clara das desigualdades existentes.

Os programas de ajustamento dos anos 80, nos países da América Latina, fizeram surgir uma lógica anticolonialista, anti-neoliberal e anti-E.U.A., e de defesa dos povos indígenas. Surgiram autores que consideravam que, tendo o conceito de desenvolvimento nascido na Europa e

segundo lógicas eurocêntricas e etnocêntricas, era utilizado como instrumento de dominação e influência geoestratégica. Uma espécie de “colonialidade do conceito”.

Em nome dos princípios do desenvolvimento de raiz europeia, foram criadas inúmeras desigualdades, novas formas de distribuição das riquezas dos territórios, novos problemas sociais e novas ambições que afetam a relação entre os povos.

Mesmo dentro do pensamento ocidental surgiram correntes críticas que procuram alternativas ao conceito de desenvolvimento tradicional que, na sua maioria, têm sido marginalizadas ou subordinadas.

É o caso da ecologia profunda (baseada no filósofo norueguês Arne Næss, 1989). Este recusa o antropocentrismo da Modernidade, defende uma postura biocêntrica que resulta nos direitos da Natureza e explora uma identificação ampla com o ambiente.

Outro exemplo deste tipo de corrente é oferecido pela crítica feminista contemporânea. A teoria feminista tem lançado novas luzes sobre a inserção social, política e cultural da mulher, mostrando as insuficiências da teoria neoliberal. Critica fortemente os paradigmas dominantes da ciência económica, por ignorarem sistematicamente a análise e importância do trabalho feminino, no mercado ou fora dele, e propõe o conceito de “economia do cuidado” não só do ponto de vista conceptual como contabilístico.

Conclui-se que o conceito de desenvolvimento pode variar de acordo com cada povo e, sendo um conceito em construção, não é possível depender de uma única definição ou de um receituário a seguir. É um processo em pleno desenvolvimento e que, de acordo com a sua própria filosofia, não vai estar nunca fechado e concluído.

Na introdução à obra, *A Grande Transformação*, Block considera que Polanyi exprime um sentimento profundo de responsabilidade moral quando afirma “A minha obra destina-se à Ásia, a África, aos novos povos”¹¹. (Polanyi, 1944, p. 85) Deixando de parte a falácia económica liberal que considerava que o modelo do mercado autorregulado era o único possível, as nações em desenvolvimento veriam alargar-se um sem número de possibilidades que permitissem melhorar o bem-estar das suas populações.

¹¹ Carta de Be de Waard, 6 de janeiro de 1958, citada por Ilona Duczynska Polanyi, “I First Met Karl Polanyi in 1920”, in Kenneth McRobbie e Karl Polanyi Levitt (orgs.), *Karl Polanyi in Vienne* (Montreal, Black Rose Press, 2000), pp. 313, 302-15.

Este ponto vai-nos ajudar a melhor compreender a aplicabilidade das teorias de Polanyi nos países em desenvolvimento da atualidade, como veremos mais adiante.

4.3 Padrões de Integração

Nas reflexões de Polanyi, são identificados vários princípios económicos para além do mercado. O autor liberta-se da convicção da economia liberal ortodoxa que acreditava firmemente que o mercado era o único princípio económico, e em que o Estado teria apenas um papel secundário de manutenção da liberdade de funcionamento do mercado.

O princípio da domesticidade, assumida nas várias formas de economia doméstica e abrangendo variadas dimensões de carácter social, cultural, afetivo, psicológico, ambiental e económico, não monetária e não mercantil.

O princípio da reciprocidade, assente numa economia de entreajuda entre vizinhos e os membros da comunidade em que se inserem. Também este princípio é portador de grande riqueza, abrangendo várias dimensões, para além da puramente económica. Neste princípio, podemos encontrar as bases da Economia Social e Solidária.

O princípio da redistribuição de recursos com dimensões políticas, sociais e económicas e que emana de uma autoridade central, nas sociedades modernas assumida pelo Estado.

Já o princípio de mercado abarca apenas uma dimensão, a económica, sendo o mais pobre de todos.

No entender de Polanyi, a teoria económica ortodoxa ocupava-se apenas com os dois últimos princípios e, se bem que os considerasse importantes, defendia que seria vantajoso proceder a uma hibridação económica, aproveitando o que cada um dos elementos pode oferecer de melhor, no sentido de se alcançar uma economia social substantiva, em que o projeto económico, o projeto social e o projeto político, estivessem presentes.

Os estudos atuais demonstram que, mesmo dentro de um contexto de economia de mercado, encontram-se ainda formas de organização social fundamentadas nos princípios de Polanyi, longe do individualismo, do lucro e do egoísmo que são a marca daquele tipo de economia. Em comunidades mais pequenas, como é o caso dos estudos que aqui se apresentam (ver 6.2 **O debate em torno da obra de Karl Polanyi - análise crítica**) é possível encontrar uma economia que permaneça como mera função da organização social, mas que se debate ferozmente com as forças do mercado, através de contramovimentos.

4.3.1 Redistribuição – centralidade

O conceito de redistribuição tem por base a centralidade. Em sociedades tribais, como por exemplo os Bergdama da Namíbia, a redistribuição desempenha um papel muito importante. O fruto do trabalho de cada um é repartido por todos os elementos da tribo. De uma maneira geral, o chefe da aldeia recebe e distribui por todos as provisões, sobretudo quando se impõe o armazenamento. Este princípio pressupõe um comportamento de coleta, armazenamento e posterior redistribuição de bens ou determinados serviços. (Polanyi, 1944)

Assim, a autoridade central salvaguarda aqueles que, em dado momento, não têm condições de se sustentar, ou responsabiliza-se por uma reserva coletiva a ser utilizada em momentos específicos, ou em cerimónias. Supõe uma autoridade central reconhecida, de onde a redistribuição se realiza. Uma vez que a redistribuição tende a se entretecer com a economia nas relações sociais, acaba muitas vezes por fazer parte do próprio sistema político, que pode ir de simples a muito complexo. (Polanyi, 1944)

Este mecanismo ganhou maior visibilidade com o crescimento económico. A seguir à Segunda Grande Guerra, o Estado reforça a sua autoridade central chamando a si as funções de protecção social e nacional, por ele passando a redistribuição de bens e serviços. (Laville, 1992, p. 130) Nas sociedades modernas é, pois, o Estado que assume, na grande maioria das vezes o papel da redistribuição.

4.3.2 Reciprocidade – simetria

4.3.2.1 Introdução ao conceito de Economia Social e Solidária

Em “*A Riqueza das Nações*”, obra considerada fundadora da Economia Política, Adam Smith, considera que a riqueza resulta da divisão do trabalho e da acumulação de capital, numa economia de mercado. Defende a extensão dos mercados, o combate aos monopólios, a abstenção de intervenção do Estado nos assuntos privados. A visão convencional da Economia

Neoclássica exclui, assim, a possibilidade de cooperação voluntária, ou de associação, entre indivíduos, i.e., exclui o princípio da ação coletiva, na governação. Para eles a ação coletiva é impossível, pois o interesse próprio impede esse tipo de ação.

Empiricamente, como Polanyi demonstra na sua obra, tanto é possível, como existem e sempre existiram, com mais ou menos importância, grupos de indivíduos que se associam para a realização de um objetivo comum, com base na confiança. Encontramos na História, casos bem-sucedidos de ação coletiva. É o caso de um estudo elaborado por Polanyi que incidiu sobre uma comunidade da Melanésia Ocidental, na qual a comunidade assegura a todos os seus membros a sua subsistência. Salvo, como é óbvio, em casos de catástrofes, como as naturais, que se abatem sobre a totalidade da comunidade, e mesmo nesses casos, é o coletivo que assume a sua resiliência. São valorizados os laços sociais e a generosidade, e o sistema económico é um simples agregado da organização social. O que prevalece neste caso é a reciprocidade, obrigando-se cada um dos elementos da comunidade a partilhar os seus pertences com os restantes elementos, tendo em conta que o que se dá hoje é retribuído amanhã.

Este conceito foi inspiração para inúmeros autores da atualidade e representa a base do que hoje se denomina de Economia Solidária.

É o caso de Caillé que no seu artigo sobre a dádiva, refere que a “tripla obrigação de dar, receber e devolver”, nada mais é do que o princípio da reciprocidade. Atesta-se, pois, que existem ações que não procedem somente do interesse material e do lucro (mercado) ou de uma obrigação de redistribuição (Estado), mas também do desejo de ser recíproco. (Caillé, 2009, p. 104)

Também no seguimento do conceito de reciprocidade, Laville e Gaiger, definem a Economia Solidária como um “conceito amplamente utilizado em vários continentes com aceções variadas que giram ao redor da solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado”. (Laville & Gaiger, 2009, p. 162)

Essas atividades [da economia solidária] apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários. (...) capacidade de instituírem outras formas de vida, por estarem imbuídas do valor de justiça, de um *ethos* redistributivo e de ensejo de humanização. Em particular, importa valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação e em soluções coletivas, formando o lastro de

experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade. (Laville & Gaiger, 2009, p. 162)

Ainda de acordo com estes autores, as ondas associativas de Economia Social e Solidária, estão relacionadas com momentos históricos de desamparo e insegurança acentuados, a que Polanyi chamaria de “contramovimentos”. Concluem que quanto mais híbrida for a economia, considerando vários arranjos económicos, como a reciprocidade e a redistribuição, maior será a dinâmica das experiências de economia solidária.

Com as atuais “novas questões sociais” (crise), prevalece a necessidade de mudança e aplicação de formas de economia alternativas. O desencadear da crise de 2008 e os abalos provocados pelo sistema financeiro, trouxeram uma recessão profunda nos países industrializados, considerados “desenvolvidos”. Os desequilíbrios sistémicos e institucionais parecem bem longe de uma solução, sobretudo devido à dependência dos Estados aos interesses do sistema financeiro.

A ação de instituições internacionais, como o F.M.I., e muitos governos nacionais, trouxeram consequências como a perda de peso dos rendimentos do trabalho, em detrimento dos rendimentos do capital, conduzindo a um dramático aumento das desigualdades de salários e rendimentos.

Com o aparecimento destas novas questões surge o imperativo de criar instituições capazes de neutralizar os efeitos politicamente indesejáveis de uma sociedade de mercado. Assim, despontam as várias manifestações da Economia Social e Solidária, como alternativa a um sistema económico desequilibrado e desenraizado da sua base social. Estas constituem ações comuns entre pessoas, baseadas em valores como a igualdade, ajuda mútua, justiça social, confiança e reciprocidade. Representa uma fonte de inspiração importante para a nova Sociologia Económica e para a “outra economia”, traduzindo-se num pensamento dirigido para a ação.

4.3.3 Domesticidade - autarcia

Outro padrão de integração é a administração doméstica. Consiste na produção para uso próprio, sendo que o seu modelo constitui um grupo fechado, uma família ou uma pequena

comunidade. Polanyi define este princípio da seguinte forma: “...trata-se de produzir e armazenar tendo em vista a satisfação das necessidades dos membros do grupo.” (Polanyi, 1944, p. 189)

O modelo base de suporte é a autarcia, podendo a natureza do núcleo institucional diferir pelo sexo, pela família patriarcal, pelo poder político, como pelo poder senhorial. A organização interna do grupo pode ser democrática ou não, e a dimensão do grupo pode variar consideravelmente. (Laville, 1992)

Atualmente, como resultado da implementação da economia de mercado, este princípio tem vindo a ser desvalorizado. A aplicação do princípio da divisão do trabalho, introduzida por Adam Smith, tem como consequência a diminuição da autarcia que caracteriza o princípio da domesticidade.

4.3.4 Troca mercantil - bidirecionalidade

Um mercado é um lugar onde se dão encontros que têm por fim a troca de bens ou a compra e venda. (Polanyi, 1944, p. 193)

Polanyi prova que o princípio da troca pode ocupar um lugar secundário, numa sociedade em que outros princípios tenham a supremacia. Como já foi visto anteriormente, pode dizer-se que antes da Revolução Industrial, o sistema económico se encontrava absorvido pelo sistema social.

Mesmo no sistema mercantilista, o controle continuava a pertencer a uma administração central, que pretendia estabelecer, antes de mais, a autarcia, quer no que se referia à vida nacional, quer no que diz respeito à economia doméstica do camponês. A autorregulação do mercado constituiu, pois, uma inversão completa da tendência da condução da vida e do desenvolvimento, em que mercados e regulamentação cresceram lado a lado.

Com o estabelecimento de uma economia de mercado, a regulação passou a pertencer aos preços, resultado da relação entre a oferta e a procura. O pressuposto assentava na tendência do ser humano para conseguir o máximo de ganhos monetários, com base na sua natureza egoísta. Para que tal aconteça, é necessária a existência de mercados autorregulados em que “a oferta de bens (incluídos neles os serviços) disponíveis a determinado preço seja igual à procura ao mesmo preço”. O poder de compra é determinado pela obtenção de dinheiro. (Polanyi, 1944, pp. 209, 210)

Numa economia de mercado, a troca mercantil pode ser definida como um movimento bidirecional entre dois participantes, orientado pelo ganho individual e apenas ocorre quando há um apoio institucional que permita a formação de preços. Nesta perspetiva, o mercado pode ser definido como o local onde se dá o encontro entre a oferta e a procura de bens e serviços, tendo como finalidade a troca, sendo utilizada uma forma geral de equivalência – a moeda. (Laville, 1992)

A libertação do dogma de que o homem funcionava como um ser egoísta que apenas visava a obtenção do lucro, numa sociedade de mercado, foi possível graças a Polanyi ao introduzir na equação outros padrões de integração para além do mercado. Tal facto, permitiu a evolução de uma economia “pobre” e ineficiente na obtenção de respostas às questões sociais atuais, para “outras economias” mais próximas do ser humano e da natureza, com um desenvolvimento de base territorial e cultural. Atualmente, podemos falar de várias versões da Economia Solidária, todas elas com bases científicas sólidas e que refletem os contributos teóricos de Polanyi.

Página em branco intencional

V – POLANYI E A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA CONTEMPORÂNEA

5.1 As respostas ao cenário de crise internacional

A erradicação da pobreza e a contenção das questões ambientais aparecem, nos dias de hoje, como medidas urgentes para toda a humanidade, às quais se juntam outras, como responder ao aumento da desigualdade social e da exclusão, da dependência das nações e dos povos mais pobres, num quadro de uma economia global instável. Polanyi considerava que esta situação, já antes vivenciada pelas populações na altura da Revolução Industrial, resulta das exigências da implementação do mercado autorregulado.

A aceitação da quase indigência da massa dos cidadãos como preço a ser pago pelo estágio mais elevado da prosperidade. (...) A imprevidência dos pobres era uma lei da natureza, pois de outro modo não haveria quem fizesse os trabalhos servis, sórdidos e degradantes. (Polanyi, 1944, p. 278)

A relação homem-natureza é um dos pontos centrais do problema ético enfrentado na atualidade e que, apesar de já terem sido realizados inúmeros acordos sobre o tema, continua sem grandes efeitos práticos, a maior parte das vezes por falta de vontade política.

Ainda que num processo embrionário de teorização e fundamentação se assista a uma eclosão de movimentos ecocêntricos, em que se expõe a necessidade de assegurar a vida e o futuro de todos os seres vivos, o certo é que a degradação das condições ambientais a nível planetário é uma realidade que todos temos de enfrentar e contribuir para a sua reversão.¹²

Por outro lado, assiste-se a inúmeras contestações às instituições financeiras internacionais, que vêm na linha e defendem o pensamento neoliberal (consenso de Washington), acusando a ciência económica ortodoxa e a racionalidade política que defendem, de servir ideologias e interesses particulares.

Por todo o mundo têm-se vindo a formar grupos de diálogo intenso em torno da possibilidade de reconstrução de uma ordem financeira global estável, que não esteja dependente do pânico dos investidores. Instituições como o F.M.I., que proporcionaram a vários países fundos que

¹² Considerando que a natureza é um todo orgânico, interrelacionado, em torno do qual gira a vida.

lhes permitiram cumprir com as suas obrigações para com os credores estrangeiros, fizeram-no à custa da imposição de políticas internas com custos muito elevados para as populações, trabalhadores e pequenos comerciantes, sem qualquer responsabilidade na situação financeira do respetivo país. (Stiglitz, 2015)

Nas palavras de Stiglitz, a chamada “*teoria gota-a-gota*” (trickle-down economics), segundo a qual, supostamente, todos, incluindo os mais pobres, beneficiariam do enriquecimento de uns poucos, cai por terra com base nos resultados empíricos históricos, em que o crescimento e o desenvolvimento económico, não são necessariamente sinónimos de diminuição da pobreza. Este autor, considera que a comunidade global enfrenta atualmente um desafio da maior importância para o seu futuro como Humanidade: descobrir uma forma de corrigir estes desequilíbrios, sob pena de se tornar tarde demais. (Stiglitz, 2015)

Magdoff considera que as responsabilidades da atual situação económica e social podem ser vistas da seguinte forma:

(...) as políticas «neoliberais» recomendadas e impostas pelo F.M.I., o Banco Mundial, e mesmo algumas O.N.G. ocidentais, que operam nos países pobres do Terceiro Mundo. Segundo a ideologia neoliberal, o que se deve fazer é deixar que o mercado livre opere a sua magia. Dizem-nos que, graças às sanções benignas que nos impõe a sua «mão invisível», a economia funcionará de forma mais eficiente e será altamente produtiva. Para que o mercado seja «livre», os Governos devem deixar de interferir. Assim, deviam deixar de subsidiar a comida dos pobres para que fosse o mercado a ocupar-se de tudo. (...) o chamado mercado livre não é em absoluto necessariamente eficiente. Além disso, é absolutamente incapaz de servir como mecanismo para por fim à pobreza e à fome.” (Magdoff, 2010, pp. 70, 71)

O consenso de Washington, ao invés de proporcionar um equilíbrio das liberdades individuais, liberdades essas que estão na base dos pressupostos do liberalismo económico, fomentou nos mais pobres, e mesmo na classe média, um sentimento de grande insegurança, limitando as suas liberdades e fomentando o medo das populações de passar fome. Porque o risco da fome é, de facto, um incentivo maior do que os salários elevados. (Polanyi, 1944, p. 345)

Para Polanyi, a questão não é tanto a exploração económica, como a desincrustação do meio cultural do homem. Apesar do processo económico poder constituir um veículo de degradação que força a cedência da parte mais fraca, o golpe mortal é infligido quando são atingidas as instituições nas quais a vida do homem se encontra incrustada. (Polanyi, 1944, p. 334)

É neste cenário de crise internacional generalizada que nascem as várias versões da Economia Solidária, como respostas às insuficiências da economia de mercado na resolução dos problemas sociais, numa dinâmica de contramovimento, com inspiração no quadro teórico do pensamento de Polanyi.

5.2 Estruturas de pensamento alternativas – a Economia Social e Solidária

Os movimentos alternativos à ortodoxia da economia liberal vão despontando, alguns com origens mais remotas, outros com origens mais recentes, ganhando visibilidade na atual conjuntura económica, constituindo contramovimentos. Estes contramovimentos surgem um pouco por todo o globo com algumas semelhanças entre si, mas também com diferentes características de acordo com a zona geográfica e cultural em que se inserem. Neles transparecem a conjugação dos padrões de integração definidos por Polanyi (ver 4.3 Padrões de Integração).

Um dos contramovimentos mais divulgado atualmente é a chamada “versão francófona”. Esta versão situa as suas origens nos movimentos associativistas do século XIX, nos quais os trabalhadores/operários lutavam por integrar no sistema capitalista valores alternativos de solidariedade, permitindo um maior bem-estar e uma maior justiça, baseados em princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. (Domingues, 2009)

Com o neoliberalismo e a sua incapacidade de, através apenas do mercado, responder às suas fragilidades crescentes, sentiu-se a necessidade de criar novas experiências baseadas na conjugação dos três tipos de recursos, já mencionados por Polanyi:

Os recursos resultantes do princípio da reciprocidade, das suas ações solidárias e recíprocas (materiais e não materiais). Os recursos públicos assentes no princípio da redistribuição, no qual um poder central capta e redistribui recursos, através de várias formas, como subsídios, apoios, etc. Os recursos provenientes nas relações de troca, no mercado. A conjugação destes princípios dá origem a uma visão plural da economia. (Laville, 2009, pp. 162, 166)

Ou, dito de outra forma, “O avanço económico das experiências [da economia solidária] realiza-se mediante a conjugação de três tipos de recursos: aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros (...); os recursos públicos angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca”, (Laville & Gaiger, 2009, p. 166) , sendo nestes três princípios de governação económica: Estado, mercado e ação

coletiva, com uma governança partilhada, que se encontra a base da Economia Solidária. Uma economia plural, constituindo experiências híbridas, conjugando iniciativas públicas e privadas. Nas economias modernas, os princípios de governação económica coexistem, pois, de formas diversas, com o objetivo de responder a necessidades das partes envolvidas no sentido de promover o seu bem-estar, bem longe do individualismo utilitarista característico das sociedades de mercado. Procura-se passar de uma versão formal para uma versão substantiva (ver 4.1 A teoria da economia plural).

A Economia Solidária, na versão francófona é, pois, uma alternativa para colmatar a incapacidade do Estado na resolução de problemas, quer a nível local, quer a nível global, reforçada em épocas de crise, como a que vivemos na atualidade. Teve o seu epicentro em países de língua francesa (daí o seu nome) como o Québec, a França, a Bélgica e o Luxemburgo. Um dos seus autores mais representativos é Laville, ele próprio coordenador do *Karl Polanyi Institute of Political Economy*. Este autor acredita que é necessário acrescentar uma dimensão política à economia de mercado. Com uma democracia participativa, os trabalhadores têm a oportunidade de participar ativamente na forma como o seu trabalho é organizado, dando-lhes a possibilidade quotidiana de se exprimir no seu próprio posto de trabalho. O autor dá o exemplo da área dos serviços, permitindo o envolvimento de todas as pessoas, em particular dos próprios utentes. Trata-se de uma dinâmica participativa, política e com expressão a nível económico. Este sistema é limitado pelo quadro institucional mais vasto, como é o caso da União Europeia que impõe normas e regras históricas.

Na sua opinião, a Economia Solidária procura alterar o quadro institucional, no sentido de tomar uma posição de força em relação à economia de mercado. Para que tal aconteça, não basta a existência de uma democracia participativa, é preciso juntar os vários agrupamentos, criando redes, por forma a pressionar o quadro institucional.¹³

Outro contramovimento ganhou expressão em países da América do Sul de origem latina que criou um modelo de desenvolvimento e de bem-estar bem diferente do modelo de origem ocidental. Enquanto na cultura ocidental, o “viver bem” se traduz na obtenção de um nível financeiro que permita ao indivíduo levar uma vida sem grandes preocupações e ter a capacidade de resposta para algum contratempo que possa acontecer, nos países da América Latina, adotaram um conceito diferente a que chamam de “buen vivir”. Este conceito assenta

¹³ Com base nos apontamentos da aula do Professor Jean-Louis Laville, no âmbito do Mestrado de Economia Social e Solidária, do ISCTE, no dia 12 de maio de 2016.

numa economia recíproca, pressupondo que todos têm algo para dar e que isto faz falta a muita gente, existindo um verdadeiro intercâmbio, através de uma estratégia económica inclusiva, sustentável e democrática. Nasce da solidariedade entre os mais pobres, dentro das várias comunidades, nas suas iniciativas, populares e informais, de sobrevivência. Os processos de decisão são partilhados, informalmente e possui igualmente uma base territorial, cultural e ecológica. É mais emocional do que a versão francófona, que assenta mais na racionalidade.

Como já foi referido anteriormente, os moldes de desenvolvimento de raiz ocidental têm sofrido fortes contestações, sendo que, muitas dessas críticas fazem-se acompanhar de novas teorias e práticas que acreditam serem mais justas e sustentáveis. Questiona-se a racionalidade do desenvolvimento contemporâneo, sua ênfase nos aspetos económicos e no mercado, sua obsessão pelo consumo e o mito do progresso ilimitado. Questiona-se, igualmente, o reducionismo de apresentar o desenvolvimento apenas como crescimento económico e a sua inviabilidade, uma vez que os recursos naturais são limitados e a capacidade dos ecossistemas de lidar com os impactos ambientais, também. (Gudynas, 2011)

Pressupõe-se que um país se desenvolve quando a sua economia cresce (resultado do aumento das exportações e dos investimentos). No entanto, independentemente do facto de o P.I.B. e as exportações aumentarem, tal não significa, necessariamente, que as condições sociais e ambientais melhorem. É o que Acosta define como “falácia do economicismo convencional”. Tudo é valorizado em função da sua utilidade para os seres humanos (antropocentrismo do desenvolvimento). Inclusive, a sociedade mercantil atribui um valor à natureza que pretende converter em lucro, como se dela pudesse se apropriar. Ao mesmo tempo a natureza, tratada como uma mercadoria, torna-se igualmente o depósito de todos os seus desperdícios, sem qualquer respeito e consideração.

O ser humano colocou-se numa posição central diante da natureza. “Tudo culmina nele. Nada tem valor intrínseco, nada possui alteridade e sentido sem ele. Todos os seres estão ao seu dispor para realizar seus desejos e projetos. São sua propriedade e domínio. Obcecado pelos lucros imediatos, o homem já não vive mais com as criaturas, mas atua sobre elas e contra elas”. (Boff, 1999, p. 112)

A separação do homem da natureza é um dos fundamentos ideológicos do sistema que perdura até hoje: a natureza, vista como algo separado dos seres racionais, serve para ser explorada pelos homens, abastecendo a sociedade e sua indústria de todos os recursos que necessitarem.

Para os povos nativos da América, a natureza era vista e entendida como um processo sistémico e dinâmico, no qual cada mineral, rocha, ar, ser vivo e o sobrenatural eram considerados fundamentais para a constituição e preservação do todo existente. Percebe-se que é o contexto histórico e espacial de cada época que determina o tipo de visão que se estabelece da natureza. (Hazan & Poli, 2014)

Também o tempo social se enquadra numa lógica de acumulação do capital, isto é, retira aos seres humanos o seu tempo pessoal e histórico, para que consigam viver plenamente suas vidas. Na lógica do capitalismo e da modernidade, o tempo não pertence aos seres humanos, o tempo faz parte da acumulação de capital.

As próprias organizações internacionais, muitas das quais são responsáveis por projetos de desenvolvimento, são criticadas, pois condicionam a entrada de comunidades indígenas no seu jogo de comércio internacional, tendo estas que se ajustar a realidades a que não estão habituadas, e a programas de ajuda económica que se revelaram verdadeiramente catastróficos. Alguns países sul-americanos (em especial, Equador, Bolívia e Venezuela) tentam libertar-se da lógica liberal-individualista das constituições políticas herdadas da colonização europeia, através de um novo movimento constitucionalista.

Assim, é efetivo (ou deveria ser) o poder de intervenção pública nas questões do Estado, ao contrário do modelo neoliberal. Destes textos resulta, claramente, a escolha de um novo modelo de ordem económica e social mais inclusiva, participativa e solidária. Este novo modelo de Estado é denominado por alguns autores como “Estado constitucional ambiental” ou “Estado de *welfare* ambiental”, e por outros autores que sublinham o carácter pluralista, é definido como “Estado Plurinacional” ou “Estado Pluralista Multiétnico”.

Dotar a Natureza de Direitos significa, pois, incentivar politicamente a sua passagem de objeto a sujeito, como parte de um processo centenário de ampliação dos sujeitos de direito. A questão central dos Direitos da Natureza é resgatar o “direito de existência” dos próprios seres humanos... A libertação da Natureza desta condição de sujeito sem direitos ou de simples objeto de propriedade, exige um esforço político que a reconheça como sujeito de direitos. E esta luta de libertação começa por reconhecer que o sistema capitalista acabará por destruir as condições biofísicas de existência.¹⁴ (Acosta, 2010b)

¹⁴ Traduzido do original: “Dotarle de Derechos a la Naturaleza significa, entonces, alentar politicamente su paso de objeto a sujeto, como parte de un proceso centenário de ampliación de los sujetos del derechos.... Lo central de los Derechos de la Naturaleza es rescatar el `derecho a la existencia` de los propios seres humanos... La liberación de la Naturaleza de esta condición de sujeto sin derechos o de simple objeto de propiedad, exige un esfuerzo político que le reconozca como sujeto de derechos. Y esta lucha de liberación empieza por reconocer que el sistema capitalista terminará por destruir las condiciones biofísicas de existencia.”

Atualmente o problema acontece quando tais conceitos, constitucionalmente reconhecidos, que incluem metas de proteção da Natureza, entram em choque frontal com a industrialização dos países em desenvolvimento. Abrem-se, assim, as portas a um sem número de contradições com as reivindicações de proteção e integridade da Natureza. É, no mínimo, pouco coerente que o financiamento de todos os programas continue baseado num desenvolvimento convencional, de apropriação da Natureza.

Por último, uma versão insular a que se deu o nome de Macaronésia. Este termo foi utilizado pela primeira vez pelo geólogo e botânico inglês Philip Baker Webb para se referir a uma área biogeográfica, constituída pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, tendo em conta a riqueza e particularidade dos seus recursos botânicos. Ainda hoje, a versão da Macaronésia refere-se ao mesmo conjunto de regiões insulares, situadas no Oceano Atlântico, entre os continentes de África, América e Europa, e que compreende os Açores (Portugal), as Canárias (Espanha), a Madeira (Portugal), a República de Cabo Verde e, mais recentemente, S. Tomé e Príncipe.

Esta versão teve origem na Região Autónoma dos Açores, no seguimento de uma série de acontecimentos que marcaram os anos de 1980, recebendo a denominação de Economia Solidária nos anos 1990. Este processo alargou-se progressivamente aos restantes elementos que constituem hoje a Macaronésia.

Nos anos 80, tomou-se consciência da existência de vários problemas na Ilha de S. Miguel, que resultavam em situações de pobreza e exclusão social. A situação económica portuguesa pós-25 de Abril, o agravamento da situação internacional com as crises do petróleo nas décadas de 70 e 80, e o conseqüente aumento do endividamento dos países importadores do referido recurso, conduziram à necessidade de estabelecer acordos de estabilização económica com o F.M.I.

Neste contexto socioeconómico, a Região Autónoma dos Açores procurou, através de organizações da sociedade civil, fazer face às dificuldades mais urgentes da sua região:

Em primeiro lugar, o nível de pobreza e exclusão social que se fazia sentir, sobretudo, em determinadas localidades da Ilha de S. Miguel, como sejam, a freguesia de Rabo de Peixe e o Concelho de Lagoa.

Em segundo lugar, a situação dramática e de falta de apoios que se fazia sentir em relação aos indivíduos portadores de deficiência.

Em terceiro lugar, a chegada às ilhas de repatriados, resultado da legislação dos E.U.A. e do Canadá, que expulsavam os imigrantes e filhos de imigrantes para as suas terras de origem, sempre que cometessem crimes considerados graves. Estes chegavam às ilhas sem quaisquer contatos familiares recentes, sem posses, e muitas vezes sem mesmo falar a língua dos seus progenitores, o português.

Utilizando uma metodologia de Investigação/Ação, foram aproveitadas as oportunidades proporcionadas pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia, com os Programas Europeus de Luta contra a Pobreza e o respetivo acesso a fundos comunitários. Procurava-se dar um novo sentido na ajuda aos grupos carenciados, apostando-se na formação e reforço de competências. Concluída a formação destas pessoas, porém, enfrentou-se um novo problema, quando os vários grupos procuraram integrar-se na classe produtiva da região, sem sucesso, enfrentando novamente o estigma da exclusão social.

Com o sentimento que cada novo problema trazia um novo desafio, procuraram-se criar atividades económicas que trouxessem oportunidades de emprego para estes grupos. Foram, assim, criadas a Cooperativa KAIRÓS e a Associação AURORA SOCIAL.

Este processo foi-se alargando progressivamente a toda a Região Autónoma dos Açores (CRESAÇOR), às Canárias, à Madeira e à República de Cabo Verde.

Este conceito de Economia Solidária de base indutiva, partilhada e de aperfeiçoamento progressivo, nasceu de forma bem diferente das versões francófona e ibero-americana, constituindo uma nova versão: a versão da Macaronésia.

A sua formulação teórica teve lugar, pela primeira vez, em 2004, e é um processo em constante evolução, até aos dias de hoje e além. (Amaro, 2009)

Nas palavras de Amaro, estamos perante:

A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas em que ela se traduz. (Amaro, 2009)

Trata-se de uma versão mais completa do que as anteriores, pois engloba na sua conceção uma série de projetos abrangentes, de forma sistémica e com base no princípio da solidariedade: nas suas dimensões económica, social, cultural, ambiental, territorial, científica, política, bem como tendo por base um projeto de gestão que se assume rigoroso e transparente.

Tem em comum com a versão francófona a formulação do projeto económico e do projeto político interno, e com a versão ibero-americana, o princípio da gestão democrática (projeto político interno) e a opção privilegiada pelos socialmente desfavorecidos (projeto social).

Assim, “(...) formulam, de maneira inovadora e assumida, um projeto económico, assente numa perspetiva de economia plural, conjugando os três princípios: reciprocidade, mercado e redistribuição”, (Amaro, 2009) claramente influenciado por Polanyi.

Torna-se evidente o seu carácter sistémico, integrado e ecocêntrico, mais abrangente, exigente e qualificado do que as formulações que existem, sobretudo na Europa e na América Latina e do Norte, com a mesma designação, apesar dos importantes pontos em comum, designadamente quanto aos seus valores e princípios essenciais.

Este conceito pressupõe e exige a «presença» de valores e princípios éticos, ligados à Solidariedade, à Cooperação e à Transparência, entre outros, que são transversais e omnipresentes naquelas oito dimensões. (ECOS, s.a.)

Todas as versões têm em comum zelar pelas mercadorias fictícias (a terra, o trabalho e o dinheiro), assim denominadas por Polanyi, com base em contramovimentos de proteção em relação às imposições resultantes do funcionamento do mercado autorregulado.

Página em branco intencional

VI – ATUALIDADE DE KARL POLANYI

6.1 Os atuais contramovimentos em torno da Terra, do Trabalho e do Dinheiro

Pretende-se analisar e identificar, neste capítulo, de que forma as mercadorias fictícias, assim denominadas por Polanyi, a terra, o trabalho e o dinheiro, são vistas e tratadas na atualidade, que contramovimentos de rebeldia e contestação podemos identificar, e de que forma o pensamento do autor está subjacente a estas manifestações. Pode-se dizer que há uma tentativa de reencrustação, consciente ou inconscientemente, das mercadorias fictícias, bem como de uma maior consciencialização e tentativa de alerta para as questões relacionadas com o desemprego (trabalho), a poluição (terra) e as consequências do processo de globalização dos mercados financeiros (dinheiro).

6.1.1 A Terra e as questões ambientais atuais

Como se sabe, Polanyi alertou, insistentemente, para os perigos da mercantilização da natureza, numa lógica de mercado. O facto de se submeter as decisões ambientais aos interesses do mercado autorregulado, significa que estas ficam sujeitas ao seu racionalismo instrumental que privilegia os resultados económico-financeiros em detrimento das considerações morais e éticas. A natureza acabaria, do seu ponto de vista, por ser utilizada até à exaustão, aniquilando a sua capacidade de produção.

A premonição cumpriu-se, e as questões ambientais têm-se vindo a agravar, constituindo um dos temas de debate da atualidade. Os maiores problemas estão ligados a questões demográficas, a diminuição dos recursos hídricos e da produção alimentar, o aquecimento global, entre outros.

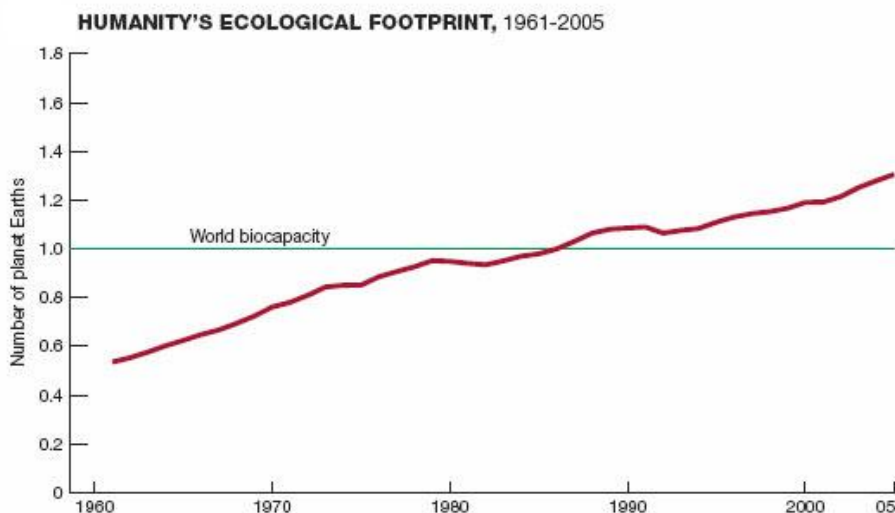
Um exemplo que ilustra bem a questão ambiental referida por Polanyi, resultado do mercado autorregulado, é o caso dos chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), operados pelo “mercado de carbono”. Este sistema permite desresponsabilizar os países mais poluentes, ao permitir a “compra” de cotas de poluição de outros países menos industrializados. Tendo um preço que é gerado com base na relação entre a oferta e a procura, o “mercado de

carbono” pode, ou não, tornar-se atrativo, ignorando completamente as necessidades e fragilidades dos ecossistemas. (Cunha, 2012)

Pode-se, pois, concluir que as necessidades económicas do mercado continuam a determinar as decisões a nível socio ambiental, sendo adotadas apenas se não entrarem em conflito com margens de lucro determinadas. (Cunha, 2012)

A World Wildlife Fund for Nature (WWF) estimou que, desde meados dos anos 80, a pegada ecológica global¹⁵ era de cerca de 25%, podendo vir a chegar aos 522%. Isto significa que pode chegar a ultrapassar a capacidade de regeneração da Terra em mais de 5 vezes. (Cunha, 2012)

Figura 4 - Pegada Ecológica Global, 1961-2005



Fonte: (http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/por_um_planeta_vivo/o_relatorio_planeta_vivo/pegada_ecologica_humana/), acedido em 31-8-2016

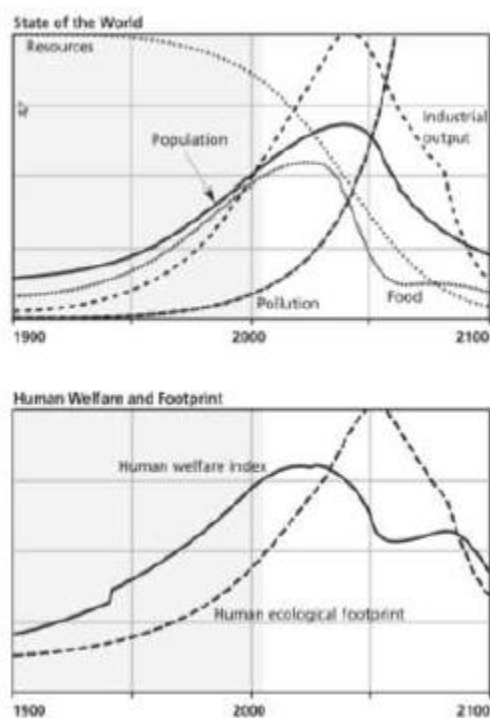
Utiliza-se muito hoje em dia, a expressão “sustentabilidade” referente à ecologia (ou não), inclusive a nível empresarial. No entanto, tendo em conta que vivemos numa sociedade capitalista em que o objetivo é a obtenção de lucro, muitas vezes trata-se apenas de transmitir uma boa imagem para o público consumidor, não tendo, a maior parte das vezes, resultados efetivos.

¹⁵ Pegada ecológica é uma expressão traduzida do inglês *ecological footprint* e refere-se, em termos de divulgação ecológica, à quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos, gastos por uma determinada população. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Pegada_ecologica)

Variando consoante a instituição que emprega o termo, este pode ter vários significados. De acordo com o Banco Mundial, por exemplo, no seu relatório *The Growth Report Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*, de 2008, o termo é usado não em relação à questão ambiental, mas na medida em que se podia definir as condições necessárias para um crescimento indefinido, durante um período de tempo também indefinido. Assim, o termo é muitas vezes utilizado para servir interesses particulares, trazendo limitações de ordem política. (Cunha, 2012)

Outros, como os autores que se situam na corrente do Ecocentrismo, procuram estabelecer uma relação ética entre os seres humanos e a natureza, em que a responsabilidade para com a natureza deve permitir a construção de uma “ética do futuro”, apontando vários cenários possíveis do homem e da natureza. (Cunha, 2012)

Figura 5 - Simulação das condições futuras num cenário com o dobro dos recursos naturais conhecidos, mantidas as práticas atuais.



Fonte: Cunha, E. V. (Novembro de 2012). (Re)Pensando a Sustentabilidade a partir da Ecofilosofia e da Economia Solidária. Revista NAU Social, v. 3, n.º 5.

Por outro lado, Arne Næss (1912 – 2009), filósofo norueguês, sublinha o facto de a natureza humana estar inextricavelmente ligada ao meio ambiente, à nossa volta. O sentimento de pertença do homem em relação à natureza, conduz a uma relação de certa forma mística entre

ambos, procurando uma coexistência profundamente harmonizada e a um forte sentimento de preservação. E a esta corrente o autor chamou de Ecologia Profunda. (Cunha, 2012)

Inserida na versão latino-americana da Economia Solidária, devem referir-se os povos Quechuas e Aymaras, com o conceito do pensamento andino “pacha”. Trata-se de um conceito de difícil tradução para uma versão ocidental, que inclui, simultaneamente, a noção de tempo e espaço, a vida e a não-vida, o finito e o infinito, como um conhecimento acessível principalmente pela intuição e pela tradição. Aqui prevalecem o coletivismo e o comunitarismo, ligados a práticas de redistribuição e de reciprocidade. Não há o conceito de propriedade em relação à natureza, a não ser em relação à terra para cultivo e o espaço para morar. (Cunha, 2012)

Sente-se hoje a necessidade de mudar a visão antropocêntrica nascida no “século das luzes”, para dar lugar a uma visão ecocêntrica, em que homem e meio-ambiente se encontram ao mesmo nível de importância, inserindo a economia como um subsistema num sistema mais global, a biosfera.

Atualmente, as práticas de Economia Solidária apontam para alguns caminhos alternativos, como é o exemplo do consumo consciente, das redes solidárias, da divisão coletiva da propriedade e resultados, entre outros. Estes exemplos devem ser elevados a uma escala global, acompanhando a organização socioeconómica das sociedades, procurando a sustentabilidade. (Cunha, 2012)

6.1.2 O Trabalho como mercadoria

Também em relação ao trabalho e o seu tratamento como mercadoria, dá hoje azo a uma série de manifestações e tentativas de libertar o trabalho da teia do mercado autorregulado.

A sua mercantilização, uma das características principais do capitalismo liberal, e novamente no neoliberal, manifesta-se mediante a separação entre a pessoa e a sua força de trabalho por um lado, e a venda dessa força de trabalho no mercado, como mercadoria fictícia, por outro. (Coraggio, 2009, p. 120)

Atualmente assiste-se a alguns sinais de mudança e ao despertar para a uma revolta contra o pensamento neoliberal. Exemplo disso é a repercussão dada a livros como “Horror económico”,

de Viviane Forrester, Manifestos como “Os desempregados felizes” ou “Manifesto contra o trabalho”, para além de outras reações contra o economicismo, que determina a vida moderna. Lisboa fala do comportamento mecânico do homem face às suas rotinas diárias:

O comportamento mecânico e programado de todas as nossas rotinas quotidianas gera, para além dos já conhecidos efeitos de *stress*, uma esterilização da vida social, ou seja, um processo de normose, de necrose das relações mais íntimas advinda da normalização total da vida. A capacidade das pessoas para gozar é inversamente proporcional ao P.I.B.. (Lisboa, 2000, p. 19)

Por seu lado, Forrester analisa os problemas da “receita” dos economistas ortodoxos, quer para os países industrializados, quer para os países em desenvolvimento. A autora considera que o atual sistema encara o ser humano como um simples recetor de produtos e serviços. Apesar de considerar que a globalização tem vantagens, esta não deve ser confundida com ultraliberalismo como forma de destruição do ser humano e da própria economia. Este sistema, na sua opinião, está a gerar uma onda imparável de pobreza e exclusão a nível mundial, permitindo a concentração da riqueza e do Poder nas mãos de um reduzido número de pessoas.

Outro tipo de manifestação, o movimento de “Os desempregados felizes”, foi criado por um francês a viver em Berlim, Guillaume Paoli, que vivia na altura do subsídio de desemprego. Na sua opinião, a racionalização do trabalho nas sociedades industriais foi feita para trabalhar o menos possível e não o mais possível.

Ou o “Manifesto contra o trabalho” publicado na Alemanha, em junho de 1999, que analisa em profundidade a sociedade do trabalho, na atual crise do capitalismo mundial.

Cada um tem que poder viver do seu trabalho, reza o princípio em vigor. Poder viver é, portanto, algo que está condicionado pelo trabalho, e não há direito à vida onde esta condição não estiver preenchida.¹⁶ (Fichte, 1999)

O jornal *Krisis*, que publicou este artigo, considera que o trabalho deveria constituir uma atividade criadora, superando o sacrifício e a alienação a ele subjacentes.

Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho. Todas as potências do globo estão coligadas em defesa desta dominação: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jörg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só têm uma palavra na boca: trabalho, trabalho, trabalho. (...) E esta mesma lei, que dita o sacrifício do homem, vigora à escala mundial. Uns após outros, países inteiros vão

¹⁶ Fundamentos do Direito Natural segundo os Princípios da Doutrina da Ciência, 1797

sendo triturados pela engrenagem do totalitarismo económico, comprovando sempre o mesmo: pecaram contra as chamadas leis do mercado. Quem não se «adaptar» incondicionalmente e sem reservas ao curso cego da concorrência total será punido pela lógica da rentabilidade. Os que hoje são promissores serão a sucata económica de amanhã. Mas os psicóticos económicos dominantes nem por isso se deixam abalar minimamente na sua bizarra explicação do mundo. Três quartos da população mundial foram já declarados, em maior ou menor medida, lixo social. As «localizações» privilegiadas desaparecem em catadupa. Depois do desastre dos «países em vias de desenvolvimento», do Sul, e depois dessa secção da sociedade mundial do trabalho que era o capitalismo de Estado, no Leste, são os alunos exemplares da economia de mercado do Sudeste asiático que desaparecem no inferno das falências. E também na Europa alastra há muito o pânico social. Mas, na política e na gestão, os respetivos cavaleiros-da-triste-figura limitam-se a prosseguir, cada vez com mais raiva, a sua cruzada em nome do ídolo trabalho. (Fichte, 1999)

Apesar destas manifestações, a implementação do neoliberalismo prossegue praticamente intocável, conduzindo à debilitação dos sindicatos, tornando o trabalho mais precário, construído desta forma para que a fome, o medo e a ausência de proteção social, pressionem os detentores da força de trabalho que nada mais possuem, a aceitarem qualquer oportunidade de oferta de trabalho. (Laville, 2009, p. 122)

6.1.3 Os impasses da economia globalizada e o sistema financeiro internacional

A formação dos Estados-Nação há cerca de 300 anos ocorreu, em regra, à custa da hegemonia de um grupo local/regional sobre os demais, incorporando sistemas locais de poder, antes independentes, em unidades político-territoriais.

Mais recentemente, com a globalização, o papel dos Estados-Nação foi posto em causa enquanto unidades políticas soberanas, como atores centrais, ao mesmo tempo que se formam novas redes e ligações entre o local e o mundial.

Desde a *Queda do Muro de Berlim* e o fim da *Guerra Fria*, que persiste a convicção que as fronteiras nacionais se tornaram obsoletas. Com base no esforço para a generalização de uma paz global a nível internacional, persiste a utopia de que os mercados autorregulados permitem uma concorrência benéfica em torno da produção de bens e serviços e respetiva comercialização além-fronteiras, bem como asseguraria uma “paz global”.

Desta vez o sistema monetário base não é já o padrão-ouro, mas a criação de instituições financeiras internacionais fortes, que permitissem que o valor das várias moedas flutuasse nos mercados de divisas exteriores, permitindo a gestão de um sistema global. São essas instituições

o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, criados logo a seguir ao fim da segunda Grande Guerra.

Esta “globalização” só seria eficiente, segundo os seus defensores, com a redução da interferência dos governos nacionais na organização da vida económica e das restrições à circulação de bens e capitais, à escala mundial, tal como já havia sido defendido pela teoria liberal.

Boaventura Sousa Santos define globalização, considerando que,

(...) é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. (Santos B. S., 1991, p. 14)

Entre os seus defensores encontram-se Friedman e Hayek, os quais restabeleceram a teoria liberal (agora neoliberal) do mercado autorregulado, que beneficiaria da “*mão invisível*” preconizada por Adam Smith.

Mas os «liberais de mercado» quiseram ir mais longe o que teve consequências desastrosas para os países que lhes deram ouvidos, como ficou demonstrado pela recente crise financeira global. Joseph Stiglitz (Polanyi, 1944, p. 69)

No entanto, a experiência baseada na História ensina-nos que este tipo de economia baseada no mercado autorregulado, impõe às pessoas comuns sacrifícios enormes, impondo uma flexibilidade extrema para tolerar períodos prolongados de dificuldades em que a sobrevivência é esperada, apesar de grandes cortes nos rendimentos. North¹⁷, diria sobre Polanyi:

Polanyi não só argumentou, de modo convincente, que os historiadores económicos tinham exagerado o papel dos mercados nas economias antigas, mas argumentou com a mesma força que o mercado era também um «modo de transação» em declínio no século XX. Na medida em que a teoria económica estava confinada à análise dos mercados, as ferramentas do economista não só eram irrelevantes para a compreensão do mundo antigo, como também eram cada vez menos úteis para explicar as economias em evolução do século XX.¹⁸ (North, 2012)

¹⁷ Prémio Nobel da Economia em 1993, citado por Rui Santos no capítulo Polanyi e a Sociologia Económica (Polanyi, 1944, p. 48)

¹⁸ Do artigo subtintulado “O desafio de Polanyi”, 1977, Douglass C. North, “Markets and other allocation systems in history: the challenge of Karl Polanyi”, *Journal of European Economic History*, vol. 6, 3 (1977), pp. 703-716.

Stiglitz considera este tipo de imposição para além de absolutamente irrealista, moralmente injusta. Ao invés da “paz global” desejável ao funcionamento em liberdade dos mercados, assiste-se, atualmente, à intensificação dos conflitos.

É o caso de muitas regiões africanas em que as populações locais sofrem de fomes e guerras civis. Ou do despertar de movimentos religiosos fundamentalistas, que exploram a seu favor os efeitos dos choques económicos e sociais da globalização.

Com a subida ao poder de regimes neoliberais no Reino Unido e nos E.U.A. durante a década de 1980, instituições como o F.M.I. ou o Banco Mundial constituídos pelos países “doadores”, consideram-se os líderes da assistência internacional. Ficam responsáveis pela coordenação e planeamento de políticas de implementação de programas económicos, a países em dificuldades económicas. Estes ficam dependentes de suportes financeiros externos para enfrentar as crises nacionais, como por exemplo, os países da América Latina e alguns países africanos. Basearam-se nos princípios do Consenso de Washington, nomeadamente a defesa do Estado mínimo, a primazia do mercado no estabelecimento dos preços – mantendo-se a noção de preços das mercadorias fictícias -, na privatização das empresas públicas e dos serviços sociais, e na livre circulação do comércio internacional, basicamente os mesmos princípios do liberalismo do século XIX e parte do XX.

As novas crises da década de 1990 na Ásia e América Latina, bem como o fracasso dos programas de ajustamento estrutural em África, levaram a um retrocesso das formas mais extremas do modelo neoliberal, com a reintrodução de fundos sociais para a amortização dos efeitos nefastos na destruição de empregos, do custo de vida e das desigualdades sociais. (Jarantila, 2009, p. 88)

Na reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada em Seattle, em dezembro de 1999, esperava-se que os ministros envolvidos criassem uma nova era para o livre comércio a nível mundial. As discussões foram conduzidas por pequenos grupos, de forma muitas vezes privada, entre representantes de um pequeno número de países, na linha da frente dos países mais desenvolvidos. Os principais temas incluíram o cálculo numérico de até onde se poderia estender o limite nas medidas que se poderiam exigir em termos de proteção do ambiente e de condições de trabalho nos países pobres, sem que se tornassem um obstáculo à indústria e ao comércio.

No entanto, a Conferência ficou, antes, pautada por protestos violentos no exterior, com o recurso a gás lacrimogéneo e tiros com balas de borracha contra os manifestantes, por parte das forças de segurança. Os movimentos de cidadãos e os governos dos países da América do Sul

insurgiram-se contra as pretensões neoliberais dos congressistas e afirmaram-se como parceiros em igualdade de direitos daí para a frente, mobilizando-se, com base na reciprocidade e na solidariedade, para se protegerem dos choques económicos resultantes da globalização. Estes países lançaram críticas severas, acusando os países ricos de se preocuparem apenas com os seus próprios interesses.

Os resultados da conferência constituíram uma decepção para os países mais industrializados, nomeadamente para os E.U.A.

6.2 O debate em torno da obra de Karl Polanyi - análise crítica

No último quarto de século tem-se vindo a assistir a um renascimento da obra de Polanyi, quer através de discussões sobre o modelo da economia de mercado, quer em reação a um renascimento das doutrinas do liberalismo, reencarnadas no neoliberalismo.

Neste ponto procede-se à análise da aplicabilidade dos conceitos de Polanyi através dos estudos efetuados por alguns autores contemporâneos sobre países em desenvolvimento, na sua transição para economias de mercado. Para melhor compreender estes estudos é essencial ter a consciência que o desenvolvimento prometido pela economia de mercado nem sempre é o mais adequado para as populações autóctones e muitas vezes produz o efeito contrário, i.e., o agravamento das suas condições de vida. (ver ponto 4.2 **Evolução** do conceito de desenvolvimento)

Os dois estudos aqui apresentados, situam-se ambos na Índia, e estão ambos extremamente ligados ao uso dos recursos naturais, em particular a água e as terras para a agricultura.

O primeiro está relacionado com a utilização de um importante recurso, garante da nossa sobrevivência: a água. Dados recentes apontam para o facto de o mundo enfrentar hoje uma crise de escassez de água. Uma equipa do Programa Ambiental das Nações Unidas, constituída por 200 cientistas de 50 países, identificou a escassez de água como um dos problemas mais preocupantes para este milénio, a par do aquecimento global. Atualmente, uma pessoa em cada sete no mundo não tem acesso a água potável. (Karnani, 2013, pp. 13, 14)

Shiva¹⁹, física, eco feminista, e ativista ambiental na Índia, extremamente ligada às suas raízes, fala-nos sobre o carácter sagrado atribuído pela sua cultura à natureza e, neste caso particular, à água e suas fontes, consideradas ao longo da história um presente da natureza.

Na Índia acredita-se que os rios são sagrados. Na mitologia hindu, por exemplo, o rio Ganges nasce nos céus e é considerado uma ponte sagrada para o divino. Tem o poder de limpar as impurezas espirituais e materiais. É a garantia da paz depois da morte e, ao mesmo tempo, uma fonte de prosperidade em vida. “A história da descida do Ganges é uma história ecológica”. (Shiva, 2002) Nas comunidades da Índia o valor da água baseia-se na força que conduz à vida, a vida dos animais, das plantas, em suma, dos ecossistemas.

Ghosh alerta-nos para uma das consequências do neoliberalismo bem como da globalização:

O neoliberalismo cria icons globalizados que procuram legitimar aspirações historicamente e culturalmente particulares como sendo partilhadas por uma comunidade global. Símbolos como a Coca-Cola, vendem estilos de vida possíveis no pós-industrial global do ocidente como sendo desejos standard universais (...) O icónico logo da Coca-Cola transfigura aspirações culturais particulares num sonho universal, criando contradições sociais, no todo social, que não pode representar. (Ghosh, 2010)

Karnani realizou um estudo²⁰ sobre a implementação da fábrica da Coca-Cola em Kaladera, Rajasthan, Índia, em 1999, numa zona semidesértica. Este acontecimento alterou profundamente o equilíbrio das comunidades locais, a nível económico, mas também a um nível bem mais profundo. Apesar da promessa da criação de emprego, na verdade, a agricultura continuou a constituir o sustento principal de muito mais gente do que o emprego resultante da indústria. Enquanto a Coca-Cola criou com a sua fábrica altamente mecanizada, cerca de 150 empregos, a agricultura sustentava cerca de 92.000 pessoas na região.

Aqui a água concentra-se, principalmente, em lençóis subterrâneos, constituindo o sustento desta região e o de muitas vilas vizinhas. Sendo a água um recurso importante também para as

¹⁹ Vandana Shiva é Diretora da Research Foundation for Science, Technology and Ecology, em Nova Deli, Índia. Autora de vários livros é figura de destaque no movimento anti-globalização e consultora para questões ambientais da Third World Network (Wikipédia)

²⁰ Estudo de Caso: “Corporate Social Responsibility Does Not Avert Tragedy of the Commons – Case Study: Coca-Cola Índia, de 2013.

atividades da fábrica, os seus administradores mostraram-se empenhados, desde o início, em gerir eficazmente o mesmo.

No entanto, enquanto que do ponto de vista dos camponeses que aqui habitam, os direitos sobre os recursos se mantêm tendo por base a confiança, a reciprocidade, a reputação e as sanções, na perspetiva da economia de mercado neoliberal, os administradores da empresa multinacional têm como principal responsabilidade, os seus acionistas, e a maximização do lucro. (Karnani, 2013)

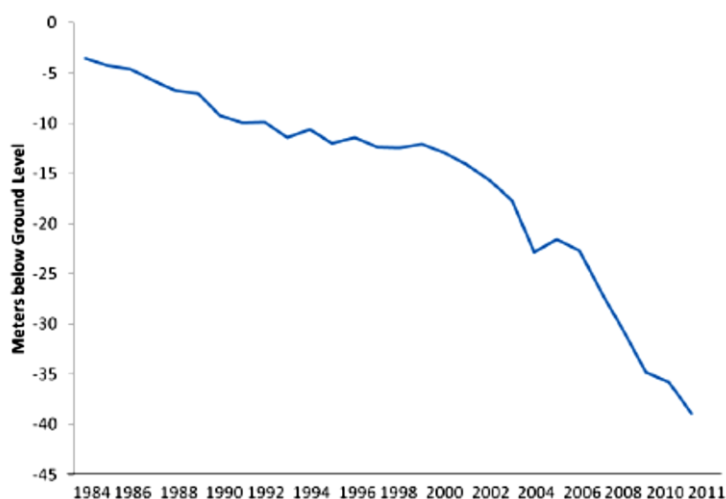
Historicamente, a lei na Índia atribui o uso dos lençóis de água ao proprietário da terra, não existindo quaisquer restrições sobre quem, que quantidade ou com que fim essa extração é feita, sem preocupações em relação aos outros usuários, até porque esse controle era feito pela regulação e sanções da própria comunidade.

Reportando ao artigo científico de Garrett Hardin intitulado “A Tragédia dos Comuns”, no qual o autor criou uma metáfora em que se previa que os proprietários de um determinado bem comum, agindo através dos seus interesses individuais egoístas, conduziram inevitavelmente à destruição desse mesmo recurso, pode-se utilizar o reverso argumentando que esta “tragédia” pode, como demonstrado por esta comunidade antes da chegada da fábrica da Coca-Cola, ser evitada se os indivíduos agirem altruisticamente, e voluntariamente no interesse dos outros, em comunidade.

Com a implementação da fábrica da Coca-Cola, e a utilização de grandes quantidades de água nos seus processos industriais, a descida do nível das águas (de 9 para 39 metros nos últimos 15 anos), causou um impacto extremamente negativo nas comunidades, sobretudo nos agricultores, ao encarecer os custos da irrigação em consequência da necessidade de cavar poços mais fundos e utilizar bombas mais potentes (ver Figura 6).

O acesso à água para beber e para usos domésticos tornou-se mais difícil, sendo que as mulheres precisavam de percorrer grandes distâncias para a encontrar, e a produção de leite diminuiu devido ao menor consumo de água por parte do gado.

Figura 6 - Níveis de lençóis de água na região de Kaladera



Fonte: Karnani, A. (Outubro de 2013). *Corporate Social Responsibility Does Not Avert the Tragedy of the Commons - Case Study: Coca-Cola Índia*. University of Michigan.

A fábrica da Coca-Cola, recebeu por parte do governo de Kaladera, autorização para o acesso a 4 poços com cerca de 100 metros de profundidade, mas utiliza apenas dois deles num intervalo específico de tempo. No início a fábrica extraía cerca de 200.000 metros cúbicos de água por ano, o correspondente a 0,4 % da extração total na área de Kaladera, mas no seguimento de protestos por parte das populações em relação a esta situação, dados mais recentes demonstram que conseguiram reduzir o consumo para cerca de metade. Mesmo com esta melhoria, a fábrica continua a ser um dos maiores consumidores de água na região a título individual. Esta descida deveu-se, principalmente, à substituição das garrafas de vidro reutilizáveis por garrafas de plástico, o que acaba por contribuir para o aumento de desperdícios em garrafas de plástico, não biodegradáveis. (Karnani, 2013)

Paradoxalmente, na altura da implementação da fábrica da Coca-Cola, o governo indiano para além de atribuir todas as licenças que a grande multinacional precisava para se instalar numa zona tão sensível, deu ainda incentivos fiscais para a sua fixação. Só recentemente alguns Estados, que não é o caso de Rajasthan, começaram a adotar leis e restrições ao uso dos lençóis de água. (Karnani, 2013)

Na opinião de Karnani, enquanto o governo indiano se debate em como regular a extração das águas subterrâneas, a Coca-Cola bem como outras empresas na mesma situação, não deveriam usar *lobbies* para impedir o normal processo político, em detrimento da democracia vigente. O

autor conclui que “Pedir às empresas que voluntariamente atuem no interesse público não será o suficiente para resolver este tipo de problemas. É essencial desenvolver regimes regulatórios com incentivos apropriados e a capacidade de reforçar as sanções.” (Karnani, 2013, pp. 28,30)

Karnani elaborou um quadro em que apresenta as suas conclusões relativamente à gestão do que chama de *Common-pool Resources* (recursos hídricos de propriedade comum):

Figura 7 - Gestão de recursos hídricos, de propriedade comum

REGIME	CONTEXT OF INDIVIDUALS	BUSINESS CONTEXT
Open access	Altruism. Very few examples of success.	CSR. More research needed.
Private property	Individual(s) own the CPR. (e.g. grazing land). Necessary condition: technologically feasible to Easily exclude others.	Firm(s) own the CPR. Unlikely to be technically feasible. More importantly, unlikely to be politically feasible.
Group property	Many successful examples, almost all at level of local communities. Necessary condition: “thick” community capable of fostering trust, making binding commitments and enforcing sanctions.	Self-regulation. Unlikely to be successful without enforcement mechanisms, particularly for large, complex CPR. Difficult to develop a “thick” community among firms.
Government property	Many successful examples. Necessary condition: competent government.	Many successful examples. Necessary condition: competent government. Particularly difficult if the CPR cuts across national boundaries.

Fonte: Karnani, A. (Outubro de 2013). Corporate Social Responsibility Does Not Avert the Tragedy of the Commons - Case Study: Coca-Cola Índia. University of Michigan.

De acordo com Shiva, o mercado, aqui representado pela fábrica da Coca-Cola, propõe-se atribuir um valor a todos os recursos, e não só a água, e, com isso, contribuir para a solução da crise ecológica, “...é como oferecer uma doença como se fosse uma cura”. Desde a Revolução Industrial que todo o valor se tornou sinónimo de valor comercial. Mas é fundamental voltar a

atribuir à natureza o seu valor espiritual, ecológico, cultural e social. A crise da água resulta dessa confusão entre valor e preço monetário. Os recursos podem ter um valor elevado, no entanto, não têm preço.

Se considerarmos a definição de Polanyi, o valor no mercado é atribuído através da relação entre utilidade e escassez. Só os bens escassos têm valor e apenas estes constituem riqueza, o que significa que somente quando se tornarem escassos os recursos naturais têm valor e constituem riqueza, no mercado. Quanto mais escassa for a água na região de Kaladera, maior riqueza constituirá no mercado.

Shiva considera que, atualmente, procura-se mercantilizar dois recursos vitais para a vida humana – biodiversidade e água – que deveriam estar longe do alcance da industrialização, e da sua premissa de as transformar em mercadorias (mercadorias fictícias), como aliás Polanyi alertou. Todas as culturas têm os seus próprios sistemas de crenças e valores através dos quais a ética, a ecologia e o comportamento económico da sociedade, é moldado. A ideia de que a vida é sagrada dando um valor elevado aos sistemas vivos, deveria evitar a sua mercantilização. (Shiva, 2002)

Ainda nas suas palavras, a proteção dos recursos vitais não pode ser assegurada apenas pela lógica de mercado. É necessário recuperar o sagrado e os bens comuns; “As águas sagradas transportam-nos para um mundo carregado de mitos, histórias, crenças e devoção, cultura e celebração, muito para além do mercado”. (Shiva, 2002)

Não só na Índia, mas por todo o globo, os oceanos, rios e outras fontes de água desde sempre desempenharam papéis importantes na nossa relação com o planeta.

Neste estudo estão presentes conceitos como, mercadorias fictícias (principalmente o trabalho e a natureza), a ética, a ecologia, a distinção entre riqueza e valor, incrustação/desincrustação, o controle da economia pela sociedade, reciprocidade, redistribuição e mercado, contramovimento, todos eles representativos da obra de Polanyi.

Outro estudo realizado por Stewart na sua dissertação “Revisiting the Great Transformation: Tata’s Entry and Exit in West Bengal”, procura esclarecer de que forma as teorias de Polanyi se aplicam ou não na atualidade, tendo em vista os países democráticos em vias de “desenvolvimento”. Pretende responder à questão: *A tese de Polanyi, A Grande Transformação (1944), é ainda relevante na explicação de transições para economias de mercado em países em desenvolvimento contemporâneos?* A análise incide sobre a Tata Motors Limited que se

denomina, no seu site institucional, como “líder no fabrico de automóveis, utilitários, autocarros, camiões e veículos de defesa”. Trata-se do maior grupo empresarial privado na Índia.

O autor procurou comparar os estudos de caso realizados por Polanyi da Inglaterra industrializada do século XIX e alguns sistemas de distribuição de recursos em sociedades tribais, com o seu próprio estudo de caso da Tata Motors Limited, para saber até que ponto a tese de Polanyi, *A Grande Transformação*, é ainda relevante na explicação das transições para economias de mercado dos países em desenvolvimento da atualidade. Na sua opinião, este estudo contém constantes os fatores de transformação dinâmica da narrativa de Polanyi, enquanto que isola as contingências contemporâneas de um país em desenvolvimento.

Stewart procura, através de uma comparação com o seu próprio estudo, melhor compreender a necessidade de criação de instituições para maximizar a função dos mercados. Muitos economistas ortodoxos argumentam que as políticas neoliberais do livre mercado falham nos países em desenvolvimento por falta de existência das instituições necessárias.

Para proceder à expropriação de terras que permitissem a implementação da fábrica da Tata Motors, o governo de Bengala Ocidental baseou-se na Lei de Aquisição de Terra, de 1894, criada pelo regime colonial britânico tendo em vista a construção de ferrovias e canais, constituindo assim uma oportunidade de estudar o efeito de uma lei liberal numa sociedade contemporânea. Esta lei obrigava os proprietários de terras a abrir mão dos seus direitos sobre elas desde que fossem necessárias para a realização de um “projeto público”, constituindo, assim, uma instituição com raízes no liberalismo do século XIX, na sua forma mais pura.

Em contraste, a Lei de Reforma da Terra de 1977 na Índia, garante o contrato do arrendatário da terra, por forma a que o valor da renda (terra) e o salário (trabalho) seja determinado pela lei (governo) com base numa proporção da produção agrícola, permitindo desmonetizar a forma de pagamento. (Stewart, 2010) Esta lei, porém, foi preterida a favor da Lei da Aquisição da Terra, mais conveniente para a industrialização pretendida.

Assim, em 1991 a Índia começou a implementar as reformas neoliberais, abrindo as fronteiras ao comércio e ao investimento estrangeiro. O famoso denominador de “rendimento per capita” triplicou desde 1980 permitindo a criação de uma classe média em expansão, constituindo um mercado para o consumidor doméstico. No entanto, foi-se criando um fosso cada vez maior entre a classe média urbana e educada e os pobres das zonas rurais.

Quando o governo procedeu às expropriações e vedação de terras, este é um exemplo claro de “desincrustação” da relação tradicional do agricultor com a terra, com o objetivo da industrialização. As famílias despojadas perdem, não só a sua segurança económica, como também o seu status social. Tal como Polanyi, que considerava o reconhecimento social, no seio da comunidade, incomparavelmente mais importante do que as questões puramente económicas, ligadas à simples satisfação de necessidades materiais. (Polanyi, 1944, p. 328)

Enquanto os interesses monetários são necessariamente formulados apenas por aqueles aos quais dizem respeito, os outros interesses podem mobilizar um círculo mais amplo. Afetam os indivíduos de múltiplos modos - enquanto vizinhos, membros de uma profissão, consumidores, peões, etc. (Polanyi, 1944, p. 330)

Foram expropriados cerca de 977 acres de 13.051 pequenos proprietários com o fim de conseguir espaço para a fábrica principal da Tata Motors e serviços periféricos.

O governo de Bengala Ocidental criou todas as condições necessárias para a produção e venda dos carros, em especial o Nano²¹, da Tata Motors: expropriação de terras, isenções fiscais, melhoria de infraestruturas, e fez, ainda, a promessa de compensação e reabilitação de proprietários e arrendatários desalojados (criação de mercados e transformação social). (Stewart, 2010)

Estimava-se que a fábrica criaria cerca de 2.700 empregos diretos e 16.000 a 17.000 indiretos. Bengala Ocidental foi, na opinião do governo, estrategicamente escolhida por ser uma zona pouco desenvolvida que sofreria, assim, uma importante industrialização e subsequente “desenvolvimento”. E para atrair o investimento eram-lhe oferecidas condições especiais. (Stewart, 2010) Foram dadas compensações aos pequenos proprietários, mas os trabalhadores assalariados e os arrendatários não tiveram direito a qualquer compensação.

O governo transferiu oficialmente o uso das terras de agricultura para a indústria em outubro de 2006, independentemente de os agricultores aceitarem ou não as compensações oferecidas.

²¹ O Nano Tata, é um carro pequeno de quatro lugares, de baixo custo, o novo "carro do povo", como foi batizado pelo fabricante, sendo o símbolo da classe média emergente. O presidente da Tata, Ratan Tata considera que o novo automóvel terá um impacto semelhante ao obtido pelos irmãos Wright, conhecidos por terem projetado e construído o primeiro avião funcional, em 1903.

2.251 agricultores recusaram vender as suas terras (Nano Wars 2008²²), organizando espontaneamente o Comité “Salvem as Terras da Agricultura”. Este movimento recebeu o apoio de ativistas dos direitos humanos, intelectuais, e outras vozes, da Índia e do resto do mundo. Apesar de não terem conseguido salvar as suas terras, conseguiram abrandar as políticas governamentais de aquisição de terras, alterando, assim, a taxa de rapidez da mudança para a sociedade e para si próprios.

Torna-se, pois, razoável centrarmos a nossa abordagem do movimento de proteção não em torno dos interesses de classe, mas em torno dos interesses sociais postos em perigo pelo mercado. (Polanyi, 1944, p. 340)

Cansada dos protestos, e apesar de a fábrica já estar praticamente terminada, a Tata abandonou o projeto em outubro de 2008 e instalou-se em Gujarat onde o governo oferecia 1.050 acres de terra. (Stewart, 2010)

O contramovimento frente ao liberalismo económico e ao *laissez-faire* possui todas as características inconfundíveis de uma reação espontânea. (Polanyi, 1944, p. 322)

Assiste-se, pois, a um “duplo movimento” tal como descrito por Polanyi. Os agricultores agiram espontaneamente para se protegerem dos efeitos das forças do mercado. Aqueles que escolheram vender as suas terras e aqueles que lutavam contra a expropriação, não foram determinados por nenhuma ideologia nem crenças pessoais, constituiu, sim, uma reação universal. Não constituiu de forma nenhuma, como foi acusada, uma “conspiração ou “sabotagem” dirigida.

O testemunho dos factos contradiz decisivamente a Tese Liberal. A conspiração antiliberal é pura invenção. A grande variedade de formas sobre as quais o contramovimento “coletivista” se manifestou não ficou a dever-se a qualquer preferência pelo nacionalismo ou pelo socialismo por parte de interesses concertados, mas exclusivamente à vasta extensão dos interesses sociais vitais afetados pelo mecanismo do

²² Em 2008, Ratan Tata, presidente do Grupo Tata Motors, entrou em conflito com Mamata Banerjee, pertencente ao Partido de oposição ao Governo Comunista da época. Este tinha procedido à expropriação de terras aos pequenos proprietários de Bengala Ocidental para que a Tata Motors pudesse construir a sua fábrica. Alguns destes proprietários recusaram-se a ceder as suas terras e a receber as respetivas indemnizações. Estas “Guerras” foram marcadas por protestos, nomeadamente manifestações e corte de estradas.

mercado em expansão. O que explica as reações quase universais e predominantemente de ordem prática suscitadas pela expansão do mecanismo do mercado. (Polanyi, 1944, p. 317)

De acordo com Polanyi, como vimos anteriormente, a criação de uma economia de mercado exigia tratar a sociedade e a natureza como mercadorias, da sua venda, como transações comerciais. Assim, a industrialização exigia uma “sociedade de mercado” para maximizar a sua eficiência e potenciar a sua rentabilidade. A ação estatal foi necessária para subordinar as mercadorias fictícias, trabalho e terra, na sua maioria das vezes de forma violenta, às exigências do mercado (a produção e venda rentável dos automóveis da Tata Motors). Tal como previra Polanyi, o custo do sonho de produzir o Nano, exigiu que todos os fatores de produção estivessem à venda em quantidades consistentes e significativas, no mercado. Por um lado, medidas draconianas eram tomadas no sentido de expropriar os camponeses de suas terras, por outro lado, a industrialização e a privatização eram apresentadas como sendo criadoras de riqueza para todos. (Stewart, 2010, p. 19)

Na sua análise comparativa, o autor deste estudo concluiu que, na Inglaterra do século XIX, descrita por Polanyi, os trabalhadores em excesso, a chamada “reserva industrial” de trabalhadores não especializados, era muitas vezes absorvida pelas colónias britânicas. Ao manterem-se disponíveis, estes trabalhadores podiam ser utilizados pelas indústrias das grandes cidades, uma vez que não era requerida mão-de-obra especializada. Ao passo que as expropriações contemporâneas, como acontece neste estudo, ao libertarem para o mercado de trabalho agricultores sem outras qualificações, estes não são elegíveis para trabalhar na indústria moderna, uma vez que a fábrica da Tata Motors, tal como outras, precisa para a sua linha de montagem de trabalhadores qualificados. Além disso, o avanço tecnológico permite aumentar a produtividade dos trabalhadores da fábrica o que implica a diminuição do número de trabalhadores. Ironicamente, o que começou por ser um investimento da parte do governo na indústria em nome da criação de emprego e do desenvolvimento, acaba por subsidiar, sim, a diminuição do número de trabalhadores. Os empregos indiretos tão falados, em pequenas lojas e cantinas, são mal pagos e não permitem a subsistência das famílias que viram sacrificada a segurança dada pela terra.

Uma das conclusões a que Stewart, no seu estudo comparativo, chega é que:

(...) a chocante e exponencial taxa de mudança tecnológica das últimas duas décadas de globalização não foi prevista em *A Grande Transformação*. Portanto, a taxa a que o contramovimento é capaz de mitigar os danos aos socialmente deslocados, e de reestruturar estruturas e instituições socioeconómicas, devem aumentar ao mesmo ritmo. Em Singur, a “taxa de tempo de mudança” para o estabelecimento da fábrica foi de cerca de 5 meses. (...) As ramificações da teoria de Polanyi é que a “taxa de tempo de ajustamento” requerida em alguns países democráticos em desenvolvimento, para instituições e burocracias podem ser irrealizáveis.” (Stewart, 2010, p. 23)²³

Com a resistência da sociedade e para conseguir moldar as instituições sociais e transformá-las em mercadorias, foi necessária uma ação governamental agressiva por forma a subordinar as denominadas “mercadorias fictícias” (a terra, o trabalho e o dinheiro) aos imperativos do mercado, tal como aconteceu na Inglaterra na época da Revolução Industrial.

Este autor chegou à conclusão que os atuais direitos democráticos, como o direito ao protesto em populações de alta densidade, quando examinados à luz dos estudos de caso de Polanyi, podem ter subestimado as dificuldades que os países em desenvolvimento contemporâneos têm em se transformar em sociedades de mercado. No caso da fábrica Tata, e de uma maneira geral nas democracias modernas, contrastam com as realidades dos estudos de Polanyi, uma vez que a sociedade de mercado não teve sucesso na suposta “transformação” de pessoas sem qualificações que acabam por correr o risco de serem usadas oportunisticamente por elites políticas e governos que, ao tentar aplacar um grupo específico heterogêneo através de subsídios, falham em os transformar como o resto da sociedade, num todo homogêneo.

Na conclusão do seu estudo, Stewart considera, igualmente, que as conceções de Polanyi em *A Grande Transformação*, como “duplo movimento” e “incrustamento”, passaram o teste do tempo. Contudo, as contingências contemporâneas da competição entre governos por capital

²³ Traduzido do original: This is evidence that Polanyi is correct, technology here is the proximate cause of social change. But the shocking, exponential *rate* of technological change over the past two decades of globalization was not foreseen in *The Great Transformation*. Therefore, the rate at which the countermovement is able to mitigate damages to the losers of social dislocation, and rearrange socio-economic structures and institutions, must increase at a comparable rate. In Singur, the ‘time-rate of change’ – i.e. from announcement of car plant proposal, to land acquisition – was less than 5 months. The Calcutta High Court, in June 2007, forced the government to admit in an affidavit that it had not acquired around 300 acres of land from farmers who had not accepted the buyout (State 2007). The government was unable to keep its promises under the MOU: land acquisition, while quelling any destabilizing effects. The ramifications for Polanyi’s theory are that the ‘time-rates of adjustments’ required from some developing and democratic countries’ institutions and bureaucracies may be unattainable. (Stewart, 2010, p. 23)

privado, um escalar de inovação tecnológica e a densidade populacional colocam em evidência as dificuldades em “transformar” os pobres sem qualificações.

Os mercados modernos são instáveis em resultado das elevadas taxas de inovação tecnológica, exigindo que as instituições sociais modernas se ajustem à mesma velocidade. Se Polanyi acertou quando diz que a tecnologia é a causa próxima da mudança social, este não previu a chocante e exponencial taxa de inovação tecnológica das últimas duas décadas de globalização. Assim, a taxa a que o contramovimento deveria conseguir mitigar os estragos causados pela desincrustação causada pela industrialização ajustando as instituições socioeconómicas, têm de crescer à mesma velocidade o que, para alguns países democráticos em desenvolvimento, pode se tornar insustentável. (Stewart, 2010, p. 24)

A globalização na versão dos finais do século XX e século XXI de *A Grande Transformação*, implica diferentes tipos de mudanças sociais. A classe média, neste estudo específico, cresceu beneficiando de mais oportunidades e uma maior prosperidade dos seus trabalhadores qualificados. Dentro do contexto indiano, a Tata Motors tocou apenas o “meio da pirâmide” e não a base. As terras são retiradas aos agricultores pobres das zonas rurais em nome da produção de carros comprados pela classe média, qualificada, que não necessita de apoios estatais, ficando os pobres cada vez mais pobres.

Drew cita Polanyi, “A classe média preenchia a sua função desenvolvendo uma única, mas sacramental crença no benefício universal dos lucros, apesar de isso os desqualificar como os guardadores de outros interesses igualmente vitais para uma boa vida.”

Em concreto neste estudo, os agricultores foram expropriados e desenraizados da sua terra sem compensações, a favor da indústria. No entanto, o autor reconhece que este caso pode não ter validade externa ou aplicabilidade a outros casos, tendo em conta a presente onda de consolidação de terras para a agricultura que se verifica em alguns zonas de África e mesmo em outras partes do globo, onde os mercados de trabalho não são necessariamente destruídos, e podem ser mesmo reforçados.

Também na Índia a implementação do Emprego Garantido Rural a nível Nacional desde meados de 2008, representa uma oportunidade para novas pesquisas e para estudar o efeito da realização de projetos governamentais nas zonas rurais mais pobres que até ao momento não têm sentido quaisquer benefícios da globalização, antes pelo contrário. O poder regulador do Estado precisa proteger a sociedade da tentativa de expansão das forças de mercado. Apenas a

reincrustação das três mercadorias fictícias, terra, trabalho e dinheiro, colocando-os sobre o controle da sociedade, pode dar resposta à liberdade em sociedades complexas.

No entanto, atualmente, é necessário descortinar que as ideias contidas nas teses de Polanyi são muitas vezes aproveitadas para legitimar a ação reguladora do poder central na economia, sob pretexto de defender a sociedade da economia de mercado, das ameaças inerentes à globalização.

Página em branco intencional

VII – EPÍLOGO - DEMOCRACIA, ECONOMIA E PLURALISMO: A OPORTUNIDADE DE MUDANÇA

Polanyi transmite, apesar das críticas severas que faz à economia do mercado autorregulado, uma mensagem de esperança. Enquanto o liberalismo de mercado e o marxismo consideram que só existe uma solução possível, o capitalismo de mercado no primeiro caso e o socialismo no segundo, Polanyi sustenta a existência de alternativas que sejam ao mesmo tempo democráticas e eficientes. Falava-nos nas alternativas que nos apresenta a Economia Social e Solidária.

No entanto, é preciso ressaltar que o fim da sociedade de mercado, não implica, nem deve implicar, a ausência de mercados, mas este princípio de governação económica deve deixar de ser o único regulador da economia. Deve continuar a constituir um importante indicador de alterações na oferta e na procura, a servir como instrumento contabilístico e a assegurar, por exemplo, a liberdade do consumidor. (Polanyi, 1944, p. 463) A estratégia apresentada por Polanyi consistia em aproveitar as potencialidades positivas do mercado, não permitindo que as negativas prevaleçam, e a partir de aí encontrar novos arranjos institucionais. Isso depende do seguinte:

(...) da existência de uma economia plural consistindo numa combinação de diferentes padrões de integração, apelando a diversos princípios e aceitando diferentes motivações e comportamentos, i.e., uma economia baseada no princípio da necessidade ou da existência de uma sociedade civil ativa e autónoma, em que as relações não-mercantis de reciprocidade devem ser promovidas, e são consideradas não-opcionais. (Rodrigues, 2010)

Polanyi estabelece as bases para subordinar, tanto as economias nacionais como a economia global, a uma política democrática. A sociedade deve decidir, de forma democrática, como proteger os indivíduos e a natureza das ameaças da economia de mercado.

O autor entende que a existência de uma cooperação entre os governos dos vários países é fundamental e deve ser feita através de acordos que permitam o desenvolvimento das trocas internacionais ao mais alto nível, mas sempre acompanhado de meios que protejam os países das exigências da economia global.

Segundo Polanyi:

Das ruínas do Velho Mundo vemos levantarem-se as pedras angulares do Novo: a colaboração dos governos no plano económico e a liberdade de cada país de organizar como entender a sua vida nacional. (Polanyi, 1944, p. 465)

Polanyi considera que a expansão do papel desempenhado pelo governo, tanto a nível nacional como internacional, deve garantir a gestão das chamadas “mercadorias fictícias” e garantir a sua gestão democrática.

Na verdade, temos hoje grandes dificuldades em formular alternativas concretas bem como estabelecer os intervenientes dessa mudança, no entanto, sabemos claramente que rejeitamos a injustiça, a discriminação, a pobreza, a exclusão, etc.

A social democracia, o keynesianismo, o Estado do bem-estar, não são formas de tentar imaginar um futuro pós-capitalista; são formas de tentar oferecer uma solução dentro do capitalismo. (Santos B. S., s.a.)

Assim, Polanyi representa hoje uma fonte de inspiração importante para a nova Sociologia Económica e para a “outra economia”, traduzindo-se num pensamento dirigido para a ação, afastando-se das soluções apresentadas por uma sociedade capitalista. O autor dá-nos esperança de construir uma sociedade que não ceda à utópica e toda-poderosa economia de mercado. Uma sociedade decente e autónoma. (Caillé & Laville, 2007)

O fim da economia de mercado poderá tornar-se o início de uma era de liberdade sem precedentes. (Polanyi, 1944, p. 469)

Atualmente ressurgem correntes que se preocupam com o carácter ético da Economia, como é o caso de Amartya Sen, bem como com as suas dimensões institucionais e sociológicas. Infelizmente, estas estão longe de se tornarem hegemónicas, e a racionalidade economicista “mainstream” contemporânea segue, praticamente, intocável. Porém,

Estas discussões e debates (...) não desapareceram da paisagem intelectual contemporânea. A hegemonia do neoliberalismo atual garante que é este o caso. (...) o

desenvolvimento contemporâneo dos temas de Polanyi, oferecendo os recursos que permitem analisar e criticar o neoliberalismo. (Rodrigues, 2010, pp. 233, 234)

Também Laville foi, como já vimos, extremamente influenciado pela sua obra, denotando a mesma visão crítica em relação à economia dominada pelo mercado. Tal como Polanyi, considera que existem outros princípios (não mercantis) de governação económica para além do mercado, como a redistribuição (que na maior parte das vezes cabe ao Estado), ou a reciprocidade (que tem origem na ação coletiva).

Este autor reforça que, “enquanto grandezas como produtividade e crescimento, emblemáticas de tal definição, perdem seu relevo e até a sua pertinência, a questão das consequências sociais e ambientais da atividade económica praticamente não pode ser ignorada”. (Laville, 2009, p. 313) Assiste-se hoje a uma tentativa de *reincrustação* social de instituições de democracia económica, instituições essas que assumem múltiplas formas.

Na esteira de Polanyi, só nos resta esperar que os contramovimentos possam apostar na defesa e aprofundamento da democracia, no combate às desigualdades e na redução dos mercados a um elemento útil, mas subordinado», a uma comunidade democrática. (Rodrigues, 2016, p. 6)

Terminaria este capítulo chamando a atenção para o ensaio introdutório da versão das Edições 70, do livro de Polanyi, *A Grande Transformação*, no qual os seus autores colocam a sua preocupação, salientando a existência, muitas vezes, de interesses privados ocultos ou disfarçados de ciência económica e racionalidade política.

Resta, porém, saber se este retorno a Polanyi e aos seus conceitos não tem sido feito à custa do esvaziamento ideológico e do combate político inicial em que o autor situava as suas ideias. Por outras palavras, o risco é que o uso seletivo das ideias de Polanyi sobretudo em sociologia económica – confundindo neutralidade com objetividade – possa reduzir o seu pensamento à questão da *inscrustação*, considerando que as práticas envolvem relações sociais, normas, costumes e formas de institucionalização, mas procedendo à sua despolitização e esquecendo a sua força ética e política. (Polanyi, 1944, pp. 32, 33)

Aqui fica a sugestão para novos temas de investigação.

Página em branco intencional

VIII – CONCLUSÃO

Chegámos à fase onde se procura dar resposta à questão que constituiu o ponto de partida para esta dissertação, “Polanyi e a Economia Solidária: que contributos nas respostas aos problemas sociais atuais?”.

Com esse objetivo, o tema foi dividido em várias partes: o percurso histórico e ideológico que deu origem à Economia Política e Moral de Polanyi; a identificação dos contributos do autor para a construção de alternativas de resposta aos problemas sociais atuais, com base na Economia Social e Solidária; até que ponto os seus contributos são aplicáveis às sociedades contemporâneas na procura de novos caminhos para uma Economia mais humana e ecológica.

A pesquisa bibliográfica foi o método aplicado para dar resposta à questão de partida. Nesta pesquisa bibliográfica tivemos acesso, entre outros, a alguns estudos comparativos cujos autores, também eles, procuraram testar a atualidade da tese de Polanyi.

Ao iniciar esta dissertação não imaginava poder encontrar tantos sinais dos contributos deixados por Polanyi. Esses contributos, que podem ser teóricos ou vocacionados para a ação, visíveis e facilmente identificáveis ou subtis, conscientes ou inconscientes, conduziram-me a este ponto do meu percurso no qual não posso deixar de identificar no meu dia-a-dia, nas notícias, na minha família ou na minha mesa, nos transportes que utilizo, a marca deixada pelas leituras que realizei para a elaboração desta dissertação e que certamente me acompanhará para sempre: a visão de Polanyi.

Não posso deixar de sugerir, embora tenha consciência que se trata de uma sugestão irrealista, que Polanyi deveria ser de leitura obrigatória para os líderes mundiais, como também para os pequenos, médios e grandes empresários, administradores, economistas e para todos aqueles que estão presos à ideia de um modelo económico único, sem outras alternativas para além de uma economia de mercado. O autor permite que nos libertemos do dogma de que o homem funciona como um ser egoísta cujo único objetivo é a obtenção de lucro, ao estabelecer outros padrões de integração para além do mercado. A conjugação dos vários princípios económicos, reciprocidade, redistribuição e mercado, permite a criação de alternativas mais eficientes, democráticas, humanas e ecológicas, com um desenvolvimento de base territorial e cultural, na obtenção de respostas às questões sociais atuais. Infelizmente, não é possível criar “receitas”

certas para a solução dos problemas da atualidade, devido à própria natureza dos conceitos que sugerem uma grande flexibilidade e adaptação, mas parece certa a conclusão de que quanto mais híbrida for a economia (Economia Plural), mais eficientes serão os arranjos institucionais que permitam neutralizar os efeitos indesejáveis de uma sociedade de mercado. Apesar da aparente dificuldade em formular alternativas concretas fora do capitalismo, essas experiências, apesar de não serem de todo hegemónicas, apresentam-se um pouco por todo o globo. Todas estas experiências podem ser fonte de novas investigações, novas teses, constituindo desse modo uma força potencial: a capacidade de se espalharem e constituírem redes cada vez mais alargadas.

A principal conclusão a tirar dos estudos aqui apresentados em países contemporâneos em desenvolvimento e na passagem para uma economia de mercado é que muitos dos conceitos apresentados por Polanyi, como o “duplo movimento” ou a “incrustação”, mantêm a sua atualidade. No entanto, a elevada taxa de inovação tecnológica, a densidade populacional e a competição entre governos por capital das sociedades contemporâneas, não foram referidos em *A Grande Transformação*, na época em que foi publicada. Os contramovimentos das sociedades na atualidade não conseguem mitigar os danos aos socialmente desfavorecidos e reestruturar instituições socioeconómicas, como resultado do elevado ritmo a que se processa a inovação.

O mesmo se passa com a natureza e as questões ambientais. Enquanto os valores ecológicos não forem considerados como sujeitos de direitos, irremediavelmente entrecidos com o ser humano e com o mesmo nível de importância, e tendo em conta a taxa vertiginosa de degradação do nosso planeta, o “tic-tac” continuará a soar aos nossos ouvidos.

A industrialização e a privatização são apresentadas nestes países como sendo criadoras de riqueza para todos. Os próprios governos estão convencidos disso mesmo e, como tal, desenvolvem ações para facilitar a industrialização e subordinar as mercadorias fictícias às exigências do mercado, quando a sua função deveria ser, pelo contrário, protegê-las, tal como defendido por Polanyi.

Aquilo a que todos nós aspiramos, quer lhe chamemos desenvolvimento, bem-estar ou buen vivir, ficou provado, empiricamente, que não é possível ser alcançado através de uma balança comercial positiva ou por um simples aumento do crescimento económico, com base numa economia de inspiração liberal.

Consideramos, no entanto, da maior importância que, apesar das situações dramáticas que vivemos na modernidade, como o aumento da pobreza, as questões ambientais (questões essas que são recorrentes), entre outras, Polanyi transmite uma mensagem de esperança num futuro melhor quando diz “O direito à não-conformidade deverá ser o selo que autentica uma sociedade livre” (Polanyi, 1944, p. 468). Se cada um de nós individualmente não consegue mudar o mundo, nem o nosso país, provavelmente nem a nossa cidade, certamente será possível ajudar a mudar a nossa rua, ou o nosso prédio. E os nossos contributos, por pequenos que sejam, juntam-se aos de outros criando uma onda que se poderá alargar, progressivamente, à nossa cidade, ao nosso país, a todo o planeta, e aí, sim, fará toda a diferença.

Podemos concluir que Polanyi constitui hoje uma fonte de inspiração para as iniciativas socioeconómicas em comunidade, baseadas na democracia, na confiança e até na sanção, e em que a ação coletiva é dominante, com formas de funcionamento e organização económica longe das de uma economia de mercado autorregulado. Certamente que, se Polanyi vivesse nos dias de hoje, teria mais elementos para prosseguir com as suas investigações.

Se de alguma forma conseguir com este trabalho despertar a curiosidade para a leitura deste autor, por um pequeno grupo que seja, considerarei que valeu a pena.

Página em branco intencional

IX – BIBLIOGRAFIA

- Acosta, A. (2010b). El Buen Vivir en el camino del pos-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi. *Policy Paper 9*, (p. 18). Equador.
- Amaro, R. R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito. Em *Economia Solidária - Apresentação do Conceito*.
- Boff, L. (1999). *Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática.
- Caillé, A. (2009). Dádiva. Em J.-L. L. António David Cattani, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caillé, A., & Laville, J.-L. (2007). *Actualité de Karl Polanyi*. Obtido de CAIRN.INFO, "Revue de Mauss", n.º 29: <http://www.cairn.info/revue-du-mauss-2007-1-page-80.htm>
- Coraggio, J. L. (2009). Economia do Trabalho. Em J.-L. L. António David Cattani, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra : Edições Almedina.
- Cunha, E. V. (Novembro de 2012). (Re)Pensando a Sustentabilidade a partir da Ecofilosofia e da Economia Solidária. *Revista NAU Social*, v. 3, n.º 5.
- Domingues, M. P. (2009). A Economia Real do Desenvolvimento Sustentável. *Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social*. Santarém: ISCTE.
- ECOS, P. (s.a.). A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária – Proposta de Conceptualização e de Avaliação.
- Engels, F. (1845). *A Situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.
- Fichte, J. G. (31 de dezembro de 1999). *Manifesto contra o trabalho*. Obtido em 13-1-2016 de janeiro de 2016, de Krisis - kritik der warengesellschaft: <http://www.krisis.org/1999/manifesto-contr-o-trabalho/>
- Ghosh, B. (2010). Looking through Coca-Cola: Global Icons and the Popular. *Public Culture - Duke University Press*.
- Gudynas, E. (2011). Buen vivir: Germinando alternativas ao desenvolvimento. Em *América Latina em Movimento - ALAI*, n.º 462 (pp. 1-20). Quito.
- Hazan, B. F., & Poli, L. C. (2014). Buen Vivir: Uma alternativa latino-americana. *Revista do Direito UNISC, Santa Cruz do Sul*, n.º 44, pp. 3-24.
- Jarantilal, D. (2009). Cooperação Internacional. Em J.-L. L. António David Cattani, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.

- Karnani, A. (Outubro de 2013). Corporate Social Responsibility Does Not Avert the Tragedy of the Commons - Case Study: Coca-Cola Índia. *University of Michigan*.
- Laville, J.-L. (1992). *Les Services de Proximité en Europe*. Syros.
- Laville, J.-L. (2009). Economia Plural. Em J.-L. L. António David Cattani, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Laville, J.-L. (13 de Maio de 2016). I Forum de Economia Social e Solidária. ISCTE - Lisboa.
- Laville, J.-L., & Gaiger, L. I. (2009). Economia Solidária. Em J.-L. L. António David Cattani, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lisboa, A. d. (2000). A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado. *SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa*.
- Lisboa, A. d. (2008). A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento económico. *Otra Economia - Volumen II, 3, ISSN 1851-4715*.
- Machado, N. M. (2011). *Karl Polanyi e o "Grande Debate" entre substantivistas e formalistas na antropologia económica*. Lisboa: s.l.
- Magdoff, F. (2010). A crise atual e as respostas da Economia Solidária. *Revista da Economia Solidária, 2*.
- Martins, A. E. (2007). *A Grande Transformação: Alcance e atualidade da obra de Karl Polanyi*. ISEG, Lisboa.
- Polanyi, K. (1944). *A Grande Transformação - As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*. Edições 70, Lda.
- Rodrigues, J. (Março de 2004). Endogenous Preferences and Embeddedness: A Reappraisal of Karl Polanyi. *Journal of Economics Issues, Vol. XXXVIII, N.º 1*.
- Rodrigues, J. (2010). Are Markets Everywhere? Ludwig von Mises, Friedrich Hayek and Karl Polanyi. *A thesis submitted to the University of Manchester for the Degree of Doctor of Philosophy (PhD) in the Faculty of Humanities*. Manchester, School of Social Sciences.
- Rodrigues, J. (2016). *Um pensador subsversivo: o liberalismo é utópico, o socialismo é realista*. Obtido de Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/1097_Um%20pensador%20subversivo%20Polanyi.pdf
- Rodrigues, J., & Cordeiro Santos, A. (1 de Dezembro de 2012). *Onde pára o mercado?* Obtido de Revista Crítica de Ciências Sociais (Online): <http://rccs.revues.org/4352>

Santos, B. S. (Junho de 1991). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 48.

Santos, B. S. (s.a.). *Introducción: As epistemologias del Sur*. Obtido de http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf

Santos, R. M. (jan-jun de 2005). "As Transformações do Conceito de Infância em «Grandes Esperanças», de Charles Dickens". *Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, Vol. 10, n.º 1*, pp. 9-24.

Shaw-Taylor, L., & Wrigley, E. A. (14 de julho de 2016). *Occupational Structure and Population Change*. Obtido de www.geo.cam.ac.uk

Shiva, V. (1 de fevereiro de 2002). *Water Wars - Privatization, Pollution and Profit*. *South End Press, Cambridge, MA*.

Stewart, D. (2010). *Revisiting the Great Transformation: Tata's Entry and Exit in West Bengal*. *Dissertação*. Londres: The London School of Economics and Political Science.

Stiglitz, J. E. (1 de Dezembro de 2015). Conferência "Desigualdade num Mundo Globalizado". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Zola, É. (1885). *Germinal*. U.K., 2013: Centaur Editions.

ANEXO A

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO - Polanyi e a Economia Social e Solidária: contributos para respostas aos problemas sociais atuais

	I - INTRODUÇÃO		
	II - BREVE BIOGRAFIA		
C O N S T R U Ç Ã O	III - ECONOMIA MORAL E POLÍTICA DE POLANYI	Implementação da economia de mercado autorregulado	<ul style="list-style-type: none"> • O pressuposto da modernização industrial para alcançar o desenvolvimento e a abundância • Sistema financeiro internacional
		Crítica de KP às consequências do mercado autorregulado	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade e natureza • Separação da esfera política da económica • A falácia económica • O conceito de escassez e o seu conceito de diferenciação entre riqueza e valor. • A mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro
		Outros conceitos constantes da obra de Polanyi	<ul style="list-style-type: none"> • (Des)incrustação e a pluralidade das formas • Duplo movimento e autoproteção da sociedade
R E C O N S T R U Ç Ã O	IV - CONTRIBUTOS DE KP PARA A RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÓMICO E POLÍTICO ATUAL	A teoria da economia plural	
		Evolução do conceito de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição • Reciprocidade (introdução ao conceito de Economia Solidária) • Domesticidade • Mercado
	V – POLANYI E AS VERSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Padrões de integração	
		Respostas ao cenário de crise internacional generalizada	
VI - ATUALIDADE DE KP	As versões da Economia Social e Solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Francófona • Latino-americana • Macaronésia 	
	Os atuais contramovimentos	<ul style="list-style-type: none"> • A terra e as questões ambientais • O trabalho como mercadoria • Os impasses da economia globalizada (sistema financeiro) 	
	VII - EPÍLOGO		
	VIII - CONCLUSÃO (resposta à questão de partida)		